



ACADEMIA MILITAR

O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a vigilância de zona costeira

Autor: Aspirante GNR Infantaria Carlos José Pinto Pereira da Cruz

Orientador: Major GNR Cavalaria José Ricardo Gomes Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a vigilância de zona costeira

Autor: Aspirante GNR Infantaria Carlos José Pinto Pereira da Cruz

Orientador: Major GNR Cavalaria José Ricardo Gomes Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

À minha família, namorada e aos camaradas que sempre me apoiaram.

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria viável sem o apoio de várias pessoas que, direta ou indiretamente, auxiliaram e tornaram possível a sua consecução. Deste modo, não poderia deixar de agradecer a essas mesmas pessoas.

Assim sendo, começo por agradecer ao meu orientador, Major José Rodrigues, por todo o seu apoio e disponibilidade na realização deste trabalho, tendo contribuído de sobremaneira com os seus conhecimentos e experiências.

Agradeço a todos os oficiais entrevistados os quais, mesmo não dispondo de muito tempo, sempre demonstraram disponibilidade e vontade de ajudar.

Não posso deixar de agradecer ao Alferes Élio Rosado por todo o seu apoio incondicional em relação a dúvidas que lhe coloquei, bem como todas as informações que ele me proporcionou.

Agradeço aos meus pais, irmão e namorada por tudo o que me proporcionaram ao longo destes cinco anos de curso, pois apesar de todas as dificuldades, sempre me ajudaram em todos os momentos.

Não poderia faltar o agradecimento a todos os camaradas do XVII curso de oficiais pela sua camaradagem ao longo deste curso, pelo seu auxílio ao longo destes cinco anos, os quais merecem toda a minha consideração e apreço.

Um muito obrigado a todos aqueles que não enumerei e que contribuíram para a minha formação quer como Homem, quer como militar.

Resumo

O presente trabalho científico cinge-se ao tema “O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a vigilância de zona costeira”, sendo este um sistema de vigilância recentemente adquirido e do qual existe pouca informação.

Neste contexto, surge a necessidade de perceber qual o contributo do mencionado sistema para a vigilância costeira face às ameaças por via marítima.

Pretende-se analisar a importância da vigilância costeira nos Estados que constituem a União Europeia, bem como as capacidades do sistema de vigilância em estudo e a importância do seu Centro de Comando e Controlo Operacional na coordenação dos meios à disposição da Unidade de Controlo Costeiro.

Quanto à metodologia científica aplicada, recorreu-se à análise de documentos relativos ao referido tema: legislação interna, relatórios, documentos oficiais da União Europeia, normas internas da Guarda Nacional Republicana (GNR) e documentos oficiais retirados da internet. Por outro lado, para a investigação de campo realizaram-se entrevistas com vista à obtenção de informações relevantes.

Com este trabalho conclui-se que a vigilância costeira é fundamental para a deteção de ameaças, devendo ser uma obrigação dos Estados.

Neste sentido, a aquisição deste novo sistema permite economizar meios humanos e materiais, bem como diminuir o número de militares com a missão de vigiar a zona costeira. Isto permite que sejam direcionados para outro tipo de missões essenciais para garantir a segurança interna de toda a União Europeia.

Palavras-chave: Vigilância costeira; Fronteira marítima; Informação; Coordenação; Economia de meios.

Abstract

This scientific work focuses on the subject “The Integrated Surveillance System, Command, Control and the Supervision of the Coastal Area”, as this is a Surveillance System recently acquired, from which there’s not much information.

In this context, it has become necessary to understand the contribution of the mentioned System for the coastal surveillance against sea threats.

It’s intended to scrutinize the importance of coastal surveillance in the European Union States, and the capabilities of the Surveillance System under study, as well as the importance of the Operational Command and Control Center in the coordination of the resources available for the Coastal Control Unit.

As for the scientific methodology applied, it was analyzed the documentation related to the subject: internal legislation, reports, certified documents of the European Union, *Guarda Nacinal Republicana’s (GNR)* internal rules and official documents obtained from the internet. On the other hand, for the filed investigation, interviews were made in order to achieve relevant information.

With this work, it can be concluded that the coastal surveillance is essential for the detection of threats and should be a requirement of the States.

Consequently, the acquirement of this new system allows human and material resources, as well as decreasing the number of militaries on a mission to supervise the coastal area. This allows these resources to be directed to other crucial missions to guarantee internal security in the whole European Union.

Keywords: Coastal surveillance; Maritime border; Information; Coordination; Resource savings.

Índice geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice geral.....	vi
Índice de figuras	x
Índice de quadros	xi
Índice de tabelas	xii
Lista de apêndices e anexos.....	xiii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xiv
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Enquadramento	1
1.3. Justificação da escolha do tema e sua importância	2
1.4. Objetivos da investigação	2
1.5. Pergunta de partida.....	3
1.6. Perguntas de investigação	3
1.7. Hipóteses	4
1.8. Metodologia do trabalho	4
1.9. Estrutura do trabalho	5
Capítulo 2 – Revisão de literatura	6
2.1. Vigilância das zonas costeiras.....	6
2.1.1. Introdução	6
2.1.2. Conceito de vigilância costeira.....	6

2.1.3. Evolução das ameaças a nível internacional.....	7
2.1.4. Síntese.....	9
2.2. Fronteiras externas da União Europeia	9
2.2.1. Introdução	9
2.2.2. Vigilância costeira da União Europeia	10
2.2.3. <i>Sistema Integrado de Vigilância Exterior</i>	12
2.2.4. Síntese.....	13
2.3. O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo	14
2.3.1. Introdução	14
2.3.2. Processo aquisitivo	14
2.3.2.1. Fases de implementação	15
2.3.3. Capacidades do Sistema na vigilância costeira	16
2.3.4. Centralização da informação do Sistema.....	17
2.3.4.1. Centro de Comando e Controlo Operacional	18
2.3.5. Síntese.....	19
Capítulo 3 – Metodologia do trabalho de campo.....	20
3.1. Introdução	20
3.2. Método e técnicas de investigação	20
3.3. Entrevistas e processo de análise de dados	21
3.4. Caracterização da amostra.....	23
3.5. Instrumentos utilizados	23
3.6. Síntese	24
Capítulo 4 – Análise e discussão de resultados	25
4.1. Introdução	25
4.2. Análise das entrevistas	25
4.2.1. Análise de conteúdo da questão n.º 1	25

4.2.2. Análise de conteúdo da questão n.º 2	28
4.2.3. Análise de conteúdo da questão n.º 3	31
4.2.4. Análise de conteúdo da questão n.º 4	33
4.2.5. Análise de conteúdo da questão n.º 5	37
4.2.6. Análise de conteúdo da questão n.º 6	40
4.2.7. Análise de conteúdo da questão n.º 7	43
4.3. Conclusões	46
 Capítulo 5 – Conclusões e recomendações	47
5.1. Introdução	47
5.2. Verificação das hipóteses	47
5.3. Resposta às perguntas de investigação.....	49
5.4. Reflexões finais.....	51
5.5. Recomendações.....	51
5.6. Limitações da investigação	52
5.7. Investigações futuras	52
 Referências bibliográficas.....	53
 Apêndices e Anexos	56
Apêndice A – Entrevistas.....	57
Apêndice A.1. Carta de Apresentação	57
Apêndice A.2. Guião de Entrevista.....	58
Apêndice A.3. Transcrição das entrevistas	59
Apêndice A.3.1. Entrevista n.º 1	59
Apêndice A.3.2. Entrevista n.º 2	61
Apêndice A.3.3. Entrevista n.º 3	66
Apêndice A.3.4. Entrevista n.º 4	68
Apêndice A.3.5. Entrevista n.º 5	69

Anexo A – Unidade de Controlo Costeiro	72
Anexo A.1. Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro.....	72

Índice de figuras

Figura n.º 1 - Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro.....	72
---	----

Índice de quadros

Quadro n.º 1 - Caracterização dos entrevistados	23
Quadro n.º 2 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 1	26
Quadro n.º 3 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 2	29
Quadro n.º 4 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 3	31
Quadro n.º 5 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 4	34
Quadro n.º 6 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 5	37
Quadro n.º 7 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 6	40
Quadro n.º 8 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 7	44

Índice de tabelas

Tabela n.º 1 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 1	27
Tabela n.º 2 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 2	30
Tabela n.º 3 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 3	32
Tabela n.º 4 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 4	36
Tabela n.º 5 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 5	39
Tabela n.º 6 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 6	42
Tabela n.º 7 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 7	45

Lista de apêndices e anexos

Apêndices

Apêndice A	Entrevistas
Apêndice A.1.	Carta de Apresentação
Apêndice A.2.	Guião de Entrevista
Apêndice A.3.	Transcrição das Entrevistas
Apêndice A.3.1.	Entrevista n.º 1
Apêndice A.3.2.	Entrevista n.º 2
Apêndice A.3.3.	Entrevista n.º 3
Apêndice A.3.4.	Entrevista n.º 4
Apêndice A.3.5.	Entrevista n.º 5

Anexos

Anexo A	Unidade de Controlo Costeiro
Anexo A.1.	Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AM	Academia Militar
art.º	Artigo
CCCO	Centro de Comando e Controlo Operacional
CO	Comando Operacional
DCC	Destacamento de Controlo Costeiro
DGIE	Direção-Geral de Infra-Estruturas
E (x)	Entrevistado número (x)
ed.	Edição
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
EUROSUR	Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras
etc.	<i>et cetera</i> (e outros – para coisas)
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
GNR	Guarda Nacional Republicana
H (x)	Hipótese número (x)
km	Quilómetros
LAOS	<i>Long Arm Operational System</i>
LVI	Lancha de Vigilância e Interceção
n.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
OG	Ordem à Guarda
ONU	Organização das Nações Unidas
P (x)	Pergunta número (x)
p.	Página
pp.	Páginas
PGE	Plano Geral de Execução
PO	Postos de Observação
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna

RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SAR	Search and Rescue
SDCC	Subdestacamento de Controlo Costeiro
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança em Portugal
<i>SIVE</i>	<i>Sistema Integrado de Vigilância Exterior</i>
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SOIRP	Secção de Operações, Informações e Relações Públicas
UE	União Europeia
<i>VTs</i>	<i>Vessel Traffic System</i>
ZA	Zona de Ação

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) é o culminar dos cursos ministrados na Academia Militar (AM) e materializa um trabalho de investigação que visa o desenvolvimento de capacidades no âmbito da investigação em ciências sociais na área de Segurança.

Neste sentido, o presente RCFTIA subordina-se ao tema “ O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a vigilância de zona costeira”, abordando um sistema recente de auxílio ao cumprimento das missões atribuídas à GNR.

Neste capítulo faz-se um enquadramento e justificação da escolha do tema. Posteriormente, no sentido de seguir um correto percurso metodológico de investigação, enuncia-se os objetivos, a pergunta de partida, as perguntas derivadas e hipóteses do trabalho, bem como a metodologia e estrutura do trabalho.

1.2. Enquadramento

Neste RCFTIA aborda-se um tema que é recente no que toca ao cumprimento das missões da GNR na zona costeira, que é a implementação do novo sistema de vigilância, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), bem como as ações de vigilância costeira.

Segundo o Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2012), no RASI de 2011¹, verifica-se que a posição de Portugal no mundo, coloca-o como uma porta de passagem para diversas estruturas criminosas transnacionais. Tendo Portugal uma extensa zona costeira, tem também grandes possibilidades de trânsito de todo o tipo de

¹ Relatório Anual de Segurança Interna do Ano 2011, que faz uma análise de dados relativos à segurança e ao Sistema de Segurança Interna.

produtos traficados e contrabandeados, constituindo-se assim, como um dos alvos privilegiados do crime organizado.

Neste sentido, com a reestruturação da GNR, foi criada uma Unidade especialmente vocacionada para a missão de controlo costeiro, a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), dispondo para o efeito de meios que possibilitam o cumprimento desta missão. Devido a esta realidade identificou-se como necessário para o controlo da zona costeira a adjudicação do SIVICC, para colmatar algumas das fragilidades do controlo da costa portuguesa.

Neste quadro, mostra-se relevante perceber o contributo que este sistema pode fornecer no garante desta importante missão incumbida à GNR.

1.3. Justificação da escolha do tema e sua importância

A escolha deste tema deve-se ao interesse do autor sobre a temática da vigilância da zona costeira, bem como pelo facto de o SIVICC ser um sistema de vigilância da costa de responsabilidade a nível europeu, bem como pelo facto de ser um novo meio que se encontra previsto na Lei nº 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a Lei Orgânica da GNR.

Este tema afigura-se pertinente e de importante investigação, pois denota ser um tema não aprofundado exaustivamente, procurando-se com este trabalho centralizar informações dispersas sobre este e definir algumas capacidades e vulnerabilidades do sistema.

Com este relatório pretende-se ainda verificar o quão inovador é a operacionalização deste sistema de vigilância no terreno, bem como a importância do mesmo ter sido adquirido para a função de vigilância da zona costeira e da centralização da informação nos Centros de Comando e Controlo Operacional (CCCO) da UCC.

1.4. Objetivos da investigação

Definiu-se como objetivo geral perceber de que forma o SIVICC contribui para as operações de vigilância e recolha de informação da zona costeira, o qual despoletou uma pergunta de partida.

Por conseguinte, deste objetivo geral surgem objetivos específicos de investigação, de forma dar resposta às perguntas de investigação:

- Identificar a necessidade da vigilância das zonas costeiras ao nível da União Europeia (UE);
- Identificar como é que o *Sistema Integrado de Vigilância Exterior (SIVE)* pode ajudar na vigilância da zona costeira portuguesa;
- Identificar as capacidades de vigilância costeira com a implementação do SIVICC;
- Analisar a importância do CCCO da UCC, com competência nacional, na coordenação de meios para as operações de vigilância costeira e intervenção;
- Compreender a importância da centralização da informação proveniente do SIVICC no CCCO da UCC em Lisboa e;
- Identificar a importância de haver trocas de informação entre a UCC e o Comando Operacional (CO).

1.5. Pergunta de partida

Com vista à possibilidade de determinar o quão inovador se tornou adquirir o SIVICC para a vigilância da zona costeira e a sua capacidade de obter informação, surgiu a seguinte pergunta de partida: “Qual o contributo do SIVICC no garante da vigilância costeira perante as ameaças por via marítima?”.

1.6. Perguntas de investigação

Quanto às perguntas de investigação, que derivam da pergunta de partida e que delimitam este trabalho são as seguintes:

P1: Será necessária a vigilância costeira para a prevenção e intervenção perante as ameaças internacionais?

P2: Quais as capacidades que o *SIVE* fornece a Portugal na vigilância costeira?

P3: Que capacidades é que o SIVICC fornece à UCC?

P4: De que forma o CCCO, com competência a nível nacional de gestão do SIVICC, incrementa a coordenação de meios?

P5: De que modo a centralização da informação no CCCO nacional contribui para a atividade operacional?

P6: Qual o contributo da troca de informação entre o CCCO da UCC e o CO na atividade operacional?

1.7. Hipóteses

Após terem sido levantadas questões de investigação, que com a realização deste trabalho se pretendem ver respondidas, formularam-se as seguintes hipóteses:

H1 – A vigilância costeira permite dar resposta às ameaças internacionais.

H2 – A *Guardia Civil* através do *SIVE* colabora com a UCC na vigilância costeira.

H3 – O SIVICC é um sistema que incrementa as capacidades de vigilância costeira.

H4 – O CCCO da UCC em Lisboa, com competência de gestão do SIVICC a nível nacional, permite coordenar todos os meios à sua disposição.

H5 – A centralização da informação recolhida através do SIVICC, no CCCO da UCC em Lisboa, permite melhorar a atividade operacional.

H6 – A troca de informação entre a UCC e o CO permite uma coordenação dos meios da GNR para apoiar a vigilância costeira.

1.8. Metodologia do trabalho

No sentido da consecução deste RCFTIA, sendo este um trabalho de investigação deve obedecer a uma metodologia científica. Assim, foram utilizadas as normas e procedimentos relativos aos RCFTIA, que se encontram dispostos nas Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/DE² da AM (2011), sendo que nos casos em que esta é omissa, nomeadamente no método de investigação de campo, foram utilizados outros autores que são referidos ao longo do trabalho.

² NEP de 30 de junho de 2011, da Academia Militar, que tem como assunto os Trabalhos de Investigação Aplicada e outros trabalhos de Investigação.

A investigação de campo é um método essencial para a consecução de um trabalho deste género, pois a investigação é “um processo sistemático e intencionalmente orientado e ajustado tendo em vista inovar e aumentar o conhecimento num dado domínio” (Ketele & Roegiers, 1993, p. 104).

Para a realização deste trabalho foi utilizada inicialmente a análise documental e, posteriormente, a realização de entrevistas na investigação de campo.

A análise documental para além de se afigurar como fundamental para o início deste trabalho, quanto à formulação de questões de investigação e hipóteses, também foi fulcral para a definição e desenvolvimento de conceitos e ideias para o trabalho de campo.

Quanto às entrevistas, estas foram realizadas a oficiais da GNR com funções na UCC, visto terem a experiência e conhecimentos essenciais para o estudo do tema em questão. Neste sentido, realizaram-se cinco entrevistas estruturadas e semiestruturadas e, analisadas através de uma análise de conteúdo e construção de grelhas de análise.

Este RCFTIA foi redigido de acordo com o novo acordo ortográfico.

1.9. Estrutura do trabalho

Este RCFTIA encontra-se dividido por capítulos, em que alguns têm uma índole mais teórica, enquanto os outros têm uma índole mais prática.

Posto isto, quanto à parte teórica do trabalho, no Capítulo 2 é feita uma abordagem ao conceito de vigilância costeira e a forma como se têm desenvolvido as ameaças internacionais, principalmente as ameaças por via marítima. Seguidamente, aborda-se a forma como é feita a vigilância costeira na UE, como é regulado o controlo das suas fronteiras externas, fazendo-se ainda uma abordagem ao *SIVE*, visto ser um sistema equivalente ao *SIVICC*. Por último, faz-se uma análise concreta do *SIVICC*, relativamente às suas fases de implementação, suas capacidades e ainda o *CCCO* do *CO*.

Quanto à índole prática do trabalho, esta é composta pelo Capítulo 3, no qual é apresentada a metodologia utilizada na realização e análise das entrevistas, bem como os instrumentos utilizados e, no Capítulo 4 concretiza-se a análise de conteúdo das questões das entrevistas. Por fim, no Capítulo 5 apresentam-se as reflexões finais de todo o trabalho, onde se apresentam as conclusões e limitações do trabalho, bem como uma proposta para investigações futuras.

Capítulo 2

Revisão de literatura

2.1. Vigilância das zonas costeiras

2.1.1. Introdução

Este subcapítulo dá a conhecer o que é de facto a vigilância das zonas costeiras, por forma a enquadrarmos uma das competências específicas da UCC, como se encontra previsto no n.º 1, do art.º 40.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

Assim, inicia-se com uma abordagem à evolução das ameaças a nível internacional, por forma a percebermos como é que a vigilância de zonas costeiras pode intervir neste tema, isto é, como é que a atividade de vigilância costeira pode ser importante para a prevenção de ameaças por via marítima.

2.1.2. Conceito de vigilância costeira

A vigilância costeira é uma das missões atribuídas à GNR sendo que, para este trabalho, torna-se necessário definirmos concretamente este conceito.

Como se encontra previsto no n.º 1, do art.º 40.º da Lei nº 63/2007, de 6 de novembro a UCC é responsável pela costa em toda a sua extensão e mar territorial. A este propósito, a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar³ define que o mar territorial vai até às 12 milhas náuticas⁴ (Alves, 2011).

No que toca à vigilância, esta visa essencialmente a recolha de informações. Assim sendo, na prossecução das missões da GNR, a vigilância costeira tem o intuito de recolher informações, tendo em vista a prevenção e repressão da criminalidade (Guarda Nacional Republicana, 1997).

³ Em vigor desde 1994.

⁴ 1 Milha náutica é equivalente a 1852 metros.

Por conseguinte, neste trabalho entende-se por vigilância costeira como sendo operações que visam a recolha de informação ao longo de toda a costa e mar territorial, com o objetivo de prevenção e repressão da criminalidade.

2.1.3. Evolução das ameaças a nível internacional

Segundo o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança⁵ da União Europeia (2008, p. 1), “a globalização veio também colocar ameaças mais complexas e com ligações entre si”.

Neste contexto revela-se importante saber o que é uma ameaça, podendo-se referir que uma ameaça, “é qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais (...) é o produto de uma possibilidade por uma intenção” (Couto, 1988, p. 329).

Segundo a União Europeia (2008), entende-se como principais ameaças internacionais a proliferação de armas de destruição maciça, o terrorismo, as ciberameaças e a criminalidade organizada, nomeadamente, o tráfico de droga, o tráfico de seres humanos, o tráfico de armas, a fraude internacional e o branqueamento de capitais.

Segundo o Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2012, p. 26) define-se como ameaças globais à segurança⁶ o “terrorismo, os diversos tráficos (pessoas, armas, estupefacientes), que se desenvolvem no contexto da criminalidade organizada transnacional, a espionagem, as ciberameaças e a proliferação de armas de destruição em massa”.

Fazendo uma análise sobre a evolução de uma das ameaças mais latentes a nível global, o terrorismo, relativamente a 2011 “o nível da ameaça terrorista islamista⁷ na Europa não sofreu agravamento. Porém, no contexto internacional, continuam a existir condições propícias para a persistência desta ameaça” (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012, p. 26).

Relativamente à criminalidade organizada transnacional, segundo o Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2012), Portugal funciona como uma

⁵ Relatório elaborado cinco anos após a adoção por parte da UE da Estratégia Europeia de Segurança.

⁶ A Segurança é um “fim do Estado que visa evitar ou neutralizar as Ameaças” Alves, 2008, p. 30.

⁷ Referente à ideologia da *Al Qaida*, organização terrorista islâmica.

porta de entrada para a Europa devido à sua posição no Mundo devendo, deste modo, ter atenção às zonas portuárias, pois estas constituem pontos de acesso a bens e pessoas traficadas. A este propósito, “tanto ao nível do tráfico de droga, como ao nível da imigração ilegal, foi possível avaliar várias tendências de desenvolvimento do fenómeno” (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012, p. 27), denotando-se o aumento do risco de ameaças internacionais a que os Estados estão sujeitos.

Um outro aspeto que se deve considerar na evolução das ameaças a nível global é o facto dos “riscos decorrentes do potencial estabelecimento de alianças/instrumentalização de tipologias de ameaça diversificada – como seja narcotráfico/financiamento de organizações terroristas” (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012, p. 28).

Tendo em conta o parágrafo anterior, verifica-se que o narcotráfico não serve apenas para a obtenção de lucro como forma de enriquecimento pessoal, mas sim como forma de obtenção de lucros para a concretização de outras ameaças a nível internacional, por forma a fragilizar os Estados.

Seguidamente, revela-se importante dar ênfase a uma outra ameaça identificada pela União Europeia (2008), a cibercriminalidade, pois verifica-se o uso das novas tecnologias contra sistemas informáticos governamentais dos Estados-Membros, revelando-se ser um tipo de criminalidade com grande potencial, que pode pôr em causa os Estados ao nível económico, político e militar.

Um outro tipo de ação que tem tomado grandes proporções a nível internacional e, que a União Europeia (2008) identifica como uma possível ameaça a nível internacional é a pirataria, pois tem-se notado um aumento deste tipo de criminalidade, podendo esta fragilizar intensamente os Estados, uma vez que é através das rotas marítimas que se efetua 90% das trocas comerciais, colocando-se, assim, em causa a segurança dos Estados.

No entanto, existem fatores que podem dificultar a ação da vigilância costeira. Um fator previsto na Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, que pode dificultar a prevenção de possíveis ameaças vindas pelo meio marítimo, é o facto de a Convenção prever que os Estados costeiros devem permitir que haja livre circulação de navios nas suas áreas costeiras, podendo esta situação dificultar a deteção de ameaças (Alves, 2011).

Nestas circunstâncias revela-se de grande importância ter meios que permitam uma vigilância costeira eficaz. Uma situação que revela esta necessidade é o que acontece no sul da Europa, onde devido à desestruturação dos sistemas de vigilância costeira dos Estados banhados pelo Mediterrâneo, a UE vê a necessidade de acompanhar essa situação.

Com o aumento dos fluxos migratórios no Mediterrâneo é passível de pôr em causa não só a segurança desses mesmos Estados, como se verifica na Itália, mas também a segurança de toda a Europa (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012).

2.1.4. Síntese

Com este subcapítulo entende-se por vigilância costeira como sendo uma atividade de recolha de informações ao longo de toda a costa e mar territorial, vocacionada essencialmente para a criminalidade, com o objetivo da sua interceção e repressão.

Analisando a evolução das ameaças a nível internacional, pode entender-se por ameaça tudo o que é suscetível de colocar em causa a segurança de um Estado ou da Comunidade Internacional, entendendo-se por ameaças globais os casos de terrorismo, proliferação das armas de destruição maciça, ciberameaças e criminalidade organizada, nomeadamente os tráficos de armas, pessoas e estupefacientes.

Atendendo a alguns casos existentes na Europa, onde houve a desestruturação dos sistemas de vigilância costeira, sublinha-se a necessidade de dar especial atenção a estes casos, denotando-se, assim, a importância de sistemas de vigilância costeira eficazes para a prevenção de ameaças que podem pôr em causa a segurança não só de um Estado, mas também de Estados vizinhos.

2.2. Fronteiras externas da União Europeia

2.2.1. Introdução

Visto Portugal estar integrado na UE, torna-se importante fazer uma abordagem à forma como é encarada a vigilância costeira no seio da UE. Não obstante, começa-se por fazer uma abordagem à vigilância costeira na UE, onde se verificará a forma como esta é feita, identificando que tipos de fatores apontam para a sua necessidade.

Posteriormente far-se-á uma abordagem ao *SIVE*, visto ser um sistema de vigilância costeira espanhol, que se pressupõe ser equivalente ao *SIVICC* e também porque a

fronteira externa⁸ da UE na Península Ibérica é partilhada entre Portugal e Espanha, sendo a costa espanhola o prolongamento da costa portuguesa.

2.2.2. Vigilância costeira da União Europeia

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2007)⁹, a Europa é um continente que possui uma vasta extensão de zona costeira, possuindo cerca de 70 000 km de costa, onde grande parte dos rendimentos é obtida pela via marítima.

Posto isto, “o bem-estar da União Europeia está pois inextricavelmente ligado ao mar” (Comissão das Comunidades Europeias, 2007, p. 4).

No seguimento do descrito até aqui, no seio da UE denotou-se a necessidade de criar um organismo que tivesse como função a regulação das fronteiras externas da UE. Neste contexto, o Conselho da UE adotou o Regulamento (CE) n.º 2007/2004¹⁰, de 20 de outubro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 863/2007¹¹, de 11 de julho, criando-se assim uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da UE, mais conhecida por *FRONTEX*.

A criação da *FRONTEX* foi um passo importante para a vigilância da zona costeira, como corolário da segurança da UE. Um fator que levou à criação desta agência foi o facto do Conselho da UE considerar a necessidade de se garantir “um nível elevado e uniforme de controlo e vigilância”, como se encontra no ponto (1) do Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 20 de outubro. No entanto, não é a *FRONTEX* que faz a vigilância costeira da UE. Como se encontra consagrado na alínea a), do n.º 1, do art.º 2.º do Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 20 de outubro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 863/2007 de 11 de julho, a *FRONTEX* tem como função “coordenar a cooperação operacional entre os Estados-Membros no âmbito da gestão das fronteiras externas”.

⁸ Segundo o n.º 1, do art.º 1.º - A do Regulamento (CE) n.º 2007/2004, de 20 de outubro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 863/2007, de 11 de julho, define como fronteira externa as fronteiras territoriais, marítimas e aéreas às quais é aplicável o previsto nas normas europeias no que toca à passagem e livre circulação de pessoas.

⁹ Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

¹⁰ Regulamento do Conselho da UE que cria uma Agência Europeia da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (*FRONTEX*).

¹¹ Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um mecanismo para a criação de equipas de intervenção rápidas nas fronteiras.

Um ponto que mostra a aposta da *FRONTEX* na vigilância das fronteiras externas da UE, como por exemplo, a fronteira marítima, é o facto de no n.º 3, do art.º 8.º do Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 20 de outubro, alterado pelo n.º 4, do art.º 12.º do Regulamento (CE) n.º 863/2007 de 11 de julho “a Agência pode adquirir equipamentos técnicos de controlo e vigilância das fronteiras externas a utilizar pelos seus peritos”. Simultaneamente verifica-se que no caso de um Estado-Membro ter dificuldades com alguma situação na sua zona costeira, a *FRONTEX* pode intervir, auxiliando com meios técnicos, por forma a garantir a segurança não só nesse mesmo Estado, como também permitir a segurança de toda a UE.

Decorrente do facto de as fronteiras marítimas terem grande relevância para a UE, a Comissão das Comunidades Europeias (2008) fez uma análise¹² da criação de um Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (*EUROSUR*), por forma a reforçar a atividade de segurança nas zonas marítimas, permitindo, entre outros aspetos, a redução da criminalidade e da passagem de imigrantes ilegais.

No que toca concretamente à vigilância marítima, a Comissão das Comunidades Europeias (2009) revelou a importância da vigilância marítima, partilhando a necessidade de haver uma vigilância marítima integrada, devido ao facto de ter repercussões no que toca à segurança e controlo das fronteiras da UE. A este propósito, defendeu-se o desenvolvimento da *EUROSUR*, sistema que participará diretamente na segurança interna dos Estados-Membros e, por consequência, da própria UE.

A Comissão Europeia (2011), na proposta do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho para a criação da *EUROSUR*, demonstra a importância da vigilância costeira, revelando que o desenvolvimento do *EUROSUR* deverá ter carácter prioritário. Assim sendo, o *EUROSUR* constituir-se-á como um mecanismo, que permitirá um reforço do controlo das fronteiras marítimas, a troca de informação entre os Estados que fazem vigilância costeira e entre estes e a *FRONTEX*, pretendendo-se que comece a funcionar em 2013. É ainda intenção do *EUROSUR* a troca de informações, relativamente à criminalidade grave ou organizada nas zonas costeiras, com o Serviço Europeu de Polícia (*EUROPOL*)¹³ (Comissão Europeia, 2011).

No sentido de combater a criminalidade na zona costeira da UE, a *FRONTEX* coordenou várias operações conjuntas durante o ano de 2011, destacando-se a *Operação*

¹² Análise de criação do *EUROSUR*, numa comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho da UE, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões.

¹³ A Convenção de criação da *EUROPOL* foi assinada em julho de 1995, entrando em vigor em outubro de 1998.

Indalo 2011, que se realizou em Espanha entre 29 de julho e 2 de setembro, onde a GNR participou com uma Lancha de Vigilância e Interceção (LVI) e com 14 militares (Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, 2012).

2.2.3. Sistema Integrado de Vigilância Exterior

Uma vez que este trabalho visa o SIVICC na vigilância da zona costeira, não se podia deixar de falar do sistema de vigilância costeira utilizado pela nossa vizinha Espanha, visto que a costa espanhola constitui o prolongamento da costa portuguesa.

Segundo a *Guardia Civil* (2005), o principal objetivo pelo qual o *SIVE* foi adquirido, é melhorar as condições para a atividade de vigilância costeira da zona sul de Espanha, por forma a combater as principais ameaças vindas por via marítima, sendo estas o tráfico de estupefacientes, de pessoas e a imigração ilegal.

O *SIVE* é um sistema que não deve ser encarado apenas como um meio de subsistência da segurança interna espanhola, mas sim como um meio de garantir a segurança de toda a UE, pois permite a deteção e interceção das ameaças advindas do sul de Espanha por via marítima. (*Guardia Civil*, 2005).

Um dos fatores que torna o *SIVE* um sistema eficiente é o facto de permitir uma eficiente gestão e coordenação dos meios materiais e recursos humanos, obtendo, em tempo real, as informações necessárias para uma eficiente gestão e coordenação de recursos. Para isso, o *SIVE* dispõe de uma componente, o Centro de Comando e Controlo, que permite a eficiência do tratamento da informação obtida e da atividade de vigilância costeira (*Guardia Civil*, 2005).

Concomitantemente, o *SIVE* não serve apenas para o combate à criminalidade, pois também serve para causas humanitárias, permitindo a deteção de embarcações a grandes distâncias (*Guardia Civil*, 2005). Ora tendo o *SIVE* esta capacidade, possibilita o auxílio a tripulantes de embarcações que sejam alvo de tráfico de seres humanos, permitindo resgatar as pessoas que são objeto deste tipo de tráfico.

Quanto à sua implementação, esta foi projetada originalmente no litoral andaluz e nas Ilhas Canárias, pois constituem uma das principais portas de passagem de ameaças para a UE, no entanto, pretende-se que o *SIVE* seja implementado ao longo de toda a costa espanhola (*Guardia Civil*, 2012).

Por conseguinte, segundo a *Guardia Civil* (2005), encontra-se instalado um Centro de Comando e Controlo no Comando da *Guardia Civil* de Algeciras desde 2002. Posteriormente, em 2003, o *SIVE* foi alargado às Ilhas de Fuerteventura e Lanzarote com três estações de radares fixas e uma móvel, coordenadas pelo Centro de Comando e Controlo de Fuerteventura. Neste mesmo ano, o *SIVE* foi alargado a Málaga, em 2004 a Cádiz e Granada e em 2005 a Ceuta (*Guardia Civil*, 2005).

Passando agora às funções do *SIVE*, este sistema tem como funções: deteção de embarcações a grande distância, bem como identificar os seus tripulantes e sua atividade; coordenar o seguimento de embarcações em caso de necessidade; coordenar os meios que compõem as equipas de interceção da *Guardia Civil* e; detetar os auxiliares da imigração ilegal (*Guardia Civil*, 2005).

Quanto às suas capacidades, este dispõe de estações de sensores com radares que detetam embarcações a 10 km de distância, transmitindo o sinal para os monitores dos Centros de Comando e Controlo. Estas estações têm câmaras de vídeo com intensificador de luz, que transmite a imagem detalhada em ambiente diurno. Dispõe ainda de câmaras de infravermelhos para a vigilância noturna, com imagem de alto contraste. Mesmo em condições atmosféricas adversas permite detetar e identificar embarcações a 5 km de distância. Estas estações dispõem de antenas de comunicações permitindo, em tempo real, as comunicações necessárias, impossibilitando outros sistemas indesejados acederem às comunicações (*Guardia Civil*, 2005).

Quanto aos Centros de Comando e Controlo serão um dos componentes mais importantes, pois são o cérebro de todo o sistema, permitindo: a centralização da informação obtida pelo sistema; controlo das estações por controlo remoto; emissão de ordens e; coordenar os meios de interceção, permitindo a interoperabilidade com outros órgãos externos à *Guardia Civil*, como por exemplo, o Ministério da Defesa (*Guardia Civil*, 2005).

2.2.4. Síntese

Devido à vasta fronteira externa, a UE criou a *FRONTEX* para regular a vigilância das fronteiras, sendo esta atividade feita por cada um dos Estados-Membros, tendo a *FRONTEX* o papel de coordenação operacional, promovendo a execução de várias operações conjuntas na fronteira externa da UE.

Simultaneamente foi criada a *EUROSUR*, que deve começar a funcionar em 2013, funcionando como um mecanismo de reforço ao controlo das fronteiras marítimas, bem como um mediador/fomentador da troca de informação entre os Estados-Membros e a *FRONTEX*.

Por último, o *SIVE* permite a deteção de embarcações a grandes distâncias, eficiente coordenação de meios de interceção, independentemente das condições atmosféricas, permitindo a interoperabilidade da *Guardia Civil* com outros órgãos nacionais.

2.3. O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo

2.3.1. Introdução

A GNR tem competência para operar e gerir um sistema para desempenhar as suas missões e atribuições na zona costeira, o SIVICC, como consta no n.º 1, do art.º 40.º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro.

Não obstante, sendo o SIVICC o tema central deste trabalho, neste subcapítulo começa-se pelo enquadramento legal que regula aspetos relacionados com o SIVICC, como por exemplo, a sua gestão e operacionalização. Ainda neste subcapítulo, relativamente ao processo aquisitivo e fases de implementação refere-se a forma como o SIVICC foi adquirido, como está a ser conduzido o processo de implementação, fazendo a análise das fases de implementação que surgiram no planeamento de instalação deste sistema.

Por último dá-se relevância a uma das componentes que a UCC dispõe para a gestão e operacionalização deste sistema, o CCCO, abordando a centralização da informação neste, bem como a troca desta informação com o CO.

2.3.2. Processo aquisitivo

Em Portugal, a atividade de vigilância costeira é executada por sistemas de vigilância eletrónica, constituída por postos fixos e móveis sendo que, atualmente, decorre

a implementação de um novo sistema, o SIVICC, que vem substituir o desatualizado sistema *Long Arm Operational System (LAOS)* (Branco, 2010).

Segundo o Ministério da Administração Interna (2011), pretende-se dotar a GNR com o SIVICC, por forma a aumentar a capacidade de comando e controlo da atividade operacional.

“O projecto SIVICC compreende a implementação de um sistema de vigilância costeira, tecnologicamente avançado, para garantir a segurança da costa portuguesa no território continental” (Ministério da Administração Interna, 2011, p. 2).

Segundo o Tribunal de Contas¹⁴ (2012), o processo de aquisição deve-se à adjudicação do SIVICC à empresa *INDRA*, com uma despesa prevista no valor de 25,5 milhões de euros, mediante despacho emitido pelo Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, de 23 de junho de 2009.

O contrato prevê um prazo de vinte e dois meses, com início em outubro de 2009 e fim em agosto de 2011, dividido por quatro fases de implementação (Ministério da Administração Interna, 2011).

No contrato de aquisição ficou previsto: o fornecimento de postos de observação (PO); câmaras portáteis; construção de infra-estruturas para adaptação ao novo sistema; preparação dos CCCO nacional em Lisboa e regional em Ferragudo; instalação dos subsistemas necessários ao seu funcionamento e; realização de cursos de formação (Tribunal de Contas, 2012).

Segundo o Tribunal de Contas (2012, pp. 19-20), no Plano Geral de Execução (PGE) da Direção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE) “consta um cronograma temporal que identifica e calendariza as diferentes fases do fornecimento do sistema. Apesar de ter sido aprovado, o mesmo não se encontra a ser cumprido”.

2.3.2.1. Fases de implementação

Como referido anteriormente, no contrato de aquisição do SIVICC ficou definido que este seria implementado em quatro fases. Segundo o Tribunal de Contas (2012), a Fase I realizar-se-ia entre 26 de outubro de 2009 e 26 de junho de 2010, a Fase II até 26 de março de 2011 e as Fases III e IV até 25 de agosto de 2011.

¹⁴ Relatório de Auditoria n.º 3/2012 – 2.ª Secção, auditoria relativa ao SIVICC, disponibilizada desde 27 de março de 2012.

Neste contexto, as fases de implementação compreendem o fornecimento de PO móveis e fixos, câmaras térmicas portáteis, trabalhos de construção e instalação dos CCCO de Lisboa (Nacional) e Ferragudo (Regional), bem como cursos de formação (Tribunal de Contas, 2012).

Segundo o Ministério da Administração Interna (2011), no contrato de adjudicação do SIVICC, na Fase I consta a instalação de três PO móveis, dois PO fixos, vinte câmaras térmicas portáteis, conclusão das obras do CCCO em Lisboa e cursos de formação para operadores do sistema e pessoal técnico e condutores dos PO móveis.

Posteriormente, na Fase II, ficou estabelecido a instalação de dois PO móveis, três PO fixos e a ligação dos CCCO de Lisboa e Ferragudo aos PO já instalados, bem como cursos de formação para operadores e pessoal técnico (Ministério da Administração Interna, 2011).

Nas Fases III e IV será a instalação de três PO móveis, quinze PO fixos, estabelecimento do sistema de comunicações e cursos de formação para operadores e pessoal técnico (Ministério da Administração Interna, 2011). Segundo o Tribunal de Contas (2012, p. 19), na Fase I “a recessão provisória só foi concretizada a 29 de abril de 2011”. Segundo esta entidade, o atraso da conclusão da Fase I deveu-se à preservação do património histórico dos locais dos PO, bem como a obtenção dos pareceres camarários para a realização das obras.

Segundo o Tribunal de Contas (2012, p. 19), em relação à Fase II, não se encontra concluída devido “à não instalação das Microondas”, isto é, a não instalação do sistema de interligação dos PO do SIVICC com o *Vessel Traffic System*¹⁵ (VTS).

No que toca às Fases III e IV, o Tribunal de Contas (2012, p. 19) aponta como razão do atraso “o facto de não se encontrarem disponíveis os terrenos para instalação dos PO fixos” devido à falta de licenciamento camarário, não sendo possível determinar qual a data de conclusão de implementação destas fases.

2.3.3. Capacidades do Sistema na vigilância costeira

Segundo o Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (2012, p. 6), o investimento feito no SIVICC deve-se ao facto de ser um sistema que tem como

¹⁵ Sistema vocacionado para a segurança do tráfego marítimo.

objetivo “combater atividades ilícitas na zona marítima e permitir a capacidade de comando e controlo de toda a atividade operacional de vigilância costeira na Unidade de Controlo Costeiro da GNR”.

É ainda suscetível de referir que o SIVICC foi adquirido, pois permite a deteção antecipada de ameaças na zona costeira permitindo, posteriormente, a interceção dessa mesma ameaça, fornecendo à UCC capacidade de Comando e Controlo, por forma a fazer uma gestão de recursos humanos e materiais eficiente (Ministério da Administração Interna, 2011).

Ainda segundo o Ministério da Administração Interna (2011), o SIVICC tem como principal objetivo a deteção e combate de situações ilícitas na zona costeira, no âmbito fiscal e aduaneiro, tráfico de droga e de pessoas, terrorismo, imigração ilegal, bem como em situações de catástrofes naturais. Por conseguinte, verifica-se que o SIVICC tem como objetivo a deteção e combate de ameaças a nível internacional, que são as mesmas ameaças à segurança interna de Portugal.

Identificam-se como principais capacidades do SIVICC o facto de ser um sistema operacional que funciona com uma tecnologia integrada facilitadora da atividade de vigilância costeira, que dá maiores capacidades no que toca à deteção e identificação de ameaças, permitindo aos CCCO de Lisboa e Ferragudo terem acesso à informação proveniente dos radares, câmaras de vídeo, sensores e infravermelhos, em tempo real.

Para que o SIVICC tenha as capacidades identificadas anteriormente, terá que ter para o efeito um CCCO a nível nacional e outro a nível regional, 20 PO fixos, 8 PO móveis e 20 câmaras térmicas portáteis (Ministério da Administração Interna, 2011).

Em suma, o SIVICC possibilitará controlar uma área até 24 milhas em toda a extensão da costa portuguesa, 24 sobre 24 horas, através de informação radar eletro-ótica, onde as câmaras de vídeo fornecem a capacidade de filmar e acompanhar qualquer embarcação. Estes mecanismos permitem prever e identificar possíveis pontos de desembarque, por forma a intercepar as ameaças advindas dessas embarcações (Ministério da Administração Interna, 2011).

2.3.4. Centralização da informação do Sistema

Para a centralização da informação obtida na atividade de vigilância costeira, resultante da monitorização do SIVICC por parte da UCC, ficou previsto no contrato de

adjudicação deste sistema a implementação de um CCCO¹⁶ a nível nacional, integrado no Estado-Maior da UCC (Ministério da Administração Interna, 2011).

Como se encontra disposto no Despacho n.º 56/09-OG¹⁷, de 30 de dezembro, no seu ponto 2.a.(2)(b), o CCCO é uma componente de Estado-Maior da UCC, que funciona como apoio ao Comandante da Unidade.

Um facto que indicia a potencialidade de centralização da informação obtida pela UCC é a sua capacidade de ter acesso a informação proveniente de todos os componentes que fazem parte do SIVICC, a nível nacional e em tempo real através do CCCO (Ministério da Administração Interna, 2011).

Consequentemente, essa mesma informação após se encontrar centralizada no CCCO da UCC, é analisada, retirando os aspetos que mostrem ser relevantes na atividade da UCC, tanto no que toca à coordenação e ativação de meios de intervenção, bem como fornecer informação pertinente a outras forças e Unidades externas à UCC contando, para isso, com um sistema de comunicações (Ministério da Administração Interna, 2011).

2.3.4.1. Centro de Comando e Controlo Operacional

Segundo a NEP/GNR – n.º 3.53¹⁸, no ponto 3. g. 1), o CCCO é um órgão de comando e controlo.

Entende-se que o CCCO do CO “é um órgão de Comando e Controlo da actividade operacional que funciona na dependência directa do Comandante Operacional”, como consta no ponto 4. a. da mesma NEP, tendo como principal função a monitorização da atividade operacional, no sentido de apoiar a tomada de decisão.

O CCCO do CO tem como atribuições e competências realizar em permanência a gestão dos sistemas de base de apoio à atividade operacional, monitorizar notícias que possam influenciar a conduta das operações e, assegurar a troca de informação com as Salas de Situação dos Comandos das Unidades, entre outras, como consta na NEP/GNR – n.º 3.53, no ponto 5. a.

¹⁶ *vide* Anexo A.1. Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro.

¹⁷ Despacho que altera o Despacho n.º 74/08-OG, de 22 de dezembro de 2008, que define as competências, estrutura e efetivo da UCC.

¹⁸ NEP da Direção de Operações do CO da GNR, de 2 de julho de 2010, relativa ao Sistema Operacional da GNR.

Relativamente ao funcionamento dos Órgãos de Comando e Controlo, verifica-se que o CCCO do CO dispõe de um Núcleo Permanente e de um Núcleo Não Permanente. O Núcleo Permanente tem na sua composição um chefe¹⁹ do CCCO e um Núcleo de Apoio que funciona como secretaria. O Núcleo Não Permanente dispõe de um Oficial de Serviço²⁰, um Sargento de Serviço e Operadores de Serviço, onde os operadores de Área Específica monitorizam toda a componente operacional das Unidades Especializadas, onde se insere a UCC, como prevê a NEP/GNR – n.º 3.53, no ponto 5.a.

2.3.5. Síntese

A aquisição do SIVICC deve-se à necessidade de aumentar as capacidades da GNR na vigilância costeira, estando prevista a sua implementação em quatro fases, até 25 de agosto de 2011, pelo que se conclui que o prazo não foi cumprido.

Algumas das razões para o atraso são a preservação do património histórico de alguns locais dos PO fixos e a falta de obtenção de licenças camarárias.

O SIVICC terá ao todo: 20 PO fixos; 8 PO móveis; 20 câmaras térmicas portáteis e; 2 CCCO, que permitem a vigilância até 24 milhas da costa, 24 horas por dia, acompanhando qualquer embarcação até pelo menos 5 km da costa, onde o CCCO de Lisboa poderá centralizar toda a informação obtida, ativando os meios de forma eficiente e oportuna.

Por fim, verifica-se a possível competência do CCCO do CO, em assegurar a troca de informação com o CCCO da UCC, quando este funcionar em pleno.

¹⁹ Oficiais de posto de Tenente-Coronel ou Major.

²⁰ Oficiais do CO, de posto de Tenente-Coronel ou Major.

Capítulo 3

Metodologia do trabalho de campo

3.1. Introdução

Após a realização e abordagem dos conceitos teóricos do trabalho, com vista a dar sustentabilidade ao mesmo, importa agora confirmar os conceitos teóricos abordados, bem como dar resposta às questões de investigação levantadas e validar ou refutar as hipóteses levantadas.

Por conseguinte, revela-se necessário fazer uma investigação de campo, tendo como objetivo a recolha de informações, sendo necessário definir a metodologia de investigação a seguir.

Neste sentido, ao longo deste capítulo faz-se uma abordagem e definição do método de investigação utilizado no trabalho de campo, o tipo de entrevistas utilizadas na recolha de informações para a consecução dos objetivos deste trabalho, bem como a caracterização da amostra.

3.2. Método e técnicas de investigação

Para se atingir os objetivos propostos e dar resposta às questões formuladas aquando do início deste trabalho, o método utilizado é o hipotético-dedutivo, pois “Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 144).

Segundo Sarmiento (2008) para a realização de uma investigação científica podemos usar vários métodos de recolha de dados. Para a realização deste trabalho, os métodos de recolha de dados escolhidos foram o método de análise documental e o método inquisitivo.

Primariamente, o método de recolha de dados utilizado foi a análise documental, onde foram analisados diversos tipos de documentos, como por exemplo: relatórios do

Tribunal de Contas; relatórios do Ministério da Administração Interna; documentos da Comissão das Comunidades Europeias; documentos legais; notícias de jornais; manuais; *sites* do Ministério da Administração Interna, Comissão Europeia, Jornais e *Guardia Civil* e; normas internas da GNR.

Segundo Ketele e Roegiers (1993, p. 144) “para a investigação científica, a recolha de informação vai sobretudo permitir confirmar ou anular a hipótese estabelecida: tem, pois, uma função de verificação”. Assim sendo, revela-se indispensável o teste empírico.

Com vista à realização da investigação de campo recorreu-se ao método inquisitivo, nomeadamente entrevistas, pois o objetivo deste trabalho é recolher opiniões e experiências de oficiais da GNR ligados à vigilância da zona costeira.

As entrevistas surgem na medida de obter ideias e conceitos chave por parte de quem detém experiência na vigilância de zona costeira, com vista a testar hipóteses de trabalho, pois neste trabalho não se pretende obter resultados exatos como na matemática, mas sim obter ideias chave para se perceber, compreender e dar respostas sobre o tema em análise (Quivy & Campenhoudt, 2008).

3.3. Entrevistas e processo de análise de dados

As entrevistas classificam-se em estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas (Sousa & Baptista, 2011).

O tipo de entrevistas escolhido foram as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, sendo que as estruturadas “constitui exclusivamente a resposta a perguntas preparadas antecipadamente” (Ketele & Roegiers, 1993, p. 21) e nas semiestruturadas “ não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192).

Neste tipo de entrevistas, o investigador elabora questões que possam servir como guia, sendo que nesta investigação foi elaborado um único guião de entrevista²¹, pois todos os entrevistados são oficiais da UCC. Estas questões permitem “revelar determinados aspectos do fenómeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pela sua leitura” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 69).

²¹ vide Apêndice A.2. Guião de Entrevista.

Este tipo de guião de entrevista permite delimitar os entrevistados a fornecerem informação sobre as questões levantadas pelo investigador, mas também a poderem falar sobre outros assuntos relacionados com o tema em estudo, que sejam considerados pertinentes.

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) o papel do investigador é simplesmente lançar questões para os entrevistados e encaminhá-los para os objetivos pretendidos, cada vez que a informação fornecida se afaste do pretendido.

Uma das razões pela qual se faz a realização de entrevistas como método de investigação, está diretamente relacionada com a análise qualitativa, onde o investigador através da recolha de dados “desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados” (Sousa & Baptista, 2011, p. 56).

Deste modo, a análise qualitativa do seu conteúdo permite confrontar várias entrevistas, com o objetivo de se encontrarem ideias chave, isto é, permite codificar os dados em categorias de análise, procurando semelhanças e percebendo se determinada ideia chave ou código é comum ou não nas diferentes entrevistas realizadas, utilizando-se, assim, um processo de codificação de dados (Sousa & Baptista, 2011).

Para Sousa e Baptista (2011), o processo de codificação de dados é a obtenção de todos os dados, através da investigação de campo, análise destes por forma a codificá-los em ideias consideradas importantes pelo investigador e, posteriormente, fazer a interpretação destas ideias, tendo neste trabalho sido feita através da construção de grelhas de análise.

Algumas entrevistas foram feitas de forma presencial (semiestruturadas) tendo sido feita a sua gravação sonora, sendo estas entrevistas essenciais, devido à interação entre investigador e entrevistado. No entanto, algumas das entrevistas foram enviadas via correio eletrónico para os entrevistados (estruturadas), às quais os entrevistados responderam de forma escrita e não presenciada pelo investigador. Assim, tem-se uma perspetiva sobre respostas onde não existem influências recíprocas entre investigador e entrevistado, obtendo respostas mais objetivas, tornando a sua análise num processo menos moroso (Sousa & Baptista, 2011).

Um dos contratemplos que também levaram a algumas entrevistas terem sido enviadas via correio eletrónico foi o facto de um dos entrevistados estar em período de férias.

É de referir ainda que o período de realização das entrevistas foi entre 9 e 16 de julho.

3.4. Caracterização da amostra

Sendo a entrevista um processo de recolha de informações, revela-se essencial que a aplicação deste método seja feita a várias pessoas, sendo a população a entrevistar bem definida, de acordo com os objetivos que se pretendem atingir (Ketele & Roegiers, 1993).

Por conseguinte, estabeleceu-se como indispensável definir os entrevistados, sendo estes oficiais com funções de comando de Destacamentos de Controlo Costeiro (DCC), funções na Secção de Operações, Informações e Relações Públicas (SOIRP), tendo estes oficiais funções de Estado-Maior na UCC.

Estes oficiais têm experiência operacional de vigilância costeira, dispondo de conhecimentos sobre o tema, que se revelam essenciais para a compreensão do objeto de estudo, bem como possibilitam obter informações sobre a realidade atual da vigilância costeira no terreno.

As entrevistas a Oficiais de Estado-Maior da UCC possibilitam uma perceção das opiniões de pessoas com experiência em relação às missões atribuídas à UCC, exercendo funções num escalão superior desta mesma Unidade, com uma visão mais alargada do objeto de estudo em questão, contribuído com a visão do Comando da UCC sobre o SIVICC.

Quadro n.º 1 - Caracterização dos entrevistados

Entrevistados (E)	Género	Posto	Função
E1	M	Tenente-Coronel	Chefe da SOIRP da UCC
E2	M	Major	Comandante DCC
E3	M	Capitão	Comandante DCC
E4	M	Capitão	Comandante DCC
E5	M	Capitão	SOIRP da UCC

3.5. Instrumentos utilizados

Para a redação deste trabalho, bem como para a construção das grelhas de análise de conteúdo das entrevistas foi utilizado o *Microsoft Office Word 2010*. Para a gravação áudio das entrevistas foi utilizado o gravador *Olympus digital voice recorder vn-3500PC*.

3.6. Síntese

Para a realização deste trabalho foram utilizados dois métodos de recolha de dados: o método de análise documental e o método inquisitivo, nomeadamente, a realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

Quanto ao método de recolha de dados na investigação de campo, optou-se pelas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, pois com este trabalho não se pretende resultados quantitativos, mas sim qualitativos, isto é, pretende-se confrontar as várias entrevistas realizadas, por forma a enumerar ideias chave que permitam dar resposta às questões de investigação e validar ou refutar as hipóteses de trabalho.

Neste sentido, foi aplicado um único guião de entrevista, pois os entrevistados são oficiais com funções na UCC, tendo os mesmos experiência na vigilância de zona costeira.

Capítulo 4

Análise e discussão de resultados

4.1. Introdução

Analisada a revisão de literatura do trabalho, inicia-se agora a análise dos resultados obtidos através da investigação de campo. Deste modo, o capítulo inicia-se com a análise das entrevistas, o que permite fazer a comparação da mesma questão em todas as entrevistas, obtendo-se os códigos chave justificativos.

Para a realização da análise das entrevistas são utilizadas duas grelhas de análise, onde uma das grelhas visa obter os códigos chave através da análise de conteúdo e a outra grelha é para verificar a percentagem de existência dos vários códigos chave.

4.2. Análise das entrevistas

Ao longo deste subcapítulo vai fazer-se a apresentação dos resultados, bem como a sua análise e discussão, fazendo-se um ponto de ligação com factos enunciados na parte teórica do presente trabalho.

4.2.1. Análise de conteúdo da questão n.º 1

Em relação à questão n.º 1, “Considera a vigilância costeira uma das atividades fundamentais no controlo da fronteira externa da União Europeia perante as ameaças atuais? Em que medida?”, de seguida apresenta-se o Quadro n.º 2, o qual contém a grelha de análise de conteúdo das entrevistas em relação a esta questão.

Quadro n.º 2 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 1

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “deve adotar um sistema eficiente que lhe garanta a prossecução dos objetivos de segurança interna” • “a segurança e o controlo das suas fronteiras, são fundamentais”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Não é só vigilância costeira, é vigilância de zona marítima” • “contribui para isto, ou seja, não só (...) no tráfico de droga, a pesca, mas também busca e salvamento, o terrorismo, tráfico de armas, de pessoas, poluição, a salvaguarda de recursos.” • “vigilância costeira é, sem dúvida, um problema muito grande que constitui uma obrigação dos Estados”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim, considero.” • “é uma enorme porta de entrada para (...) o tráfico de estupefacientes, imigração ilegal, infrações tributárias, infrações de pesca, etc.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “Sim” • “Tendo em conta (...) a pluralidade das ameaças atuais (...) será de considerar que para que se possa ter controlo sobre o que entra e sai por essa fronteira (...) será necessário exercer vigilância”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “a vigilância costeira (...) é uma tarefa essencial para assegurar a segurança, não da população portuguesa, mas antes da população europeia” • “90% do tráfego de mercadorias é feito por via marítima, que deste transporte só cerca de 1% é que é sujeito a fiscalização” • “se nos referirmos ao narcotráfico (...) sabe-se que tendencialmente rumo aos Estados Unidos da América e à Europa.” • “O narcotráfico (...) é tido como uma fonte de financiamento do terrorismo, (...) estando os Estados Unidos da América e a Europa como principais visados” • “Perante estas e outras ameaças (...) exige-se que os Estados-Membros da UE que se exerça uma real ação de controlo das suas fronteiras”

Posto isto, percebe-se que a vigilância costeira não só é importante para a prevenção e intervenção face às ameaças internacionais, como também, para salvaguarda da vida humana e do meio ambiente, tendo em conta a resposta do E2. Este refere que a vigilância costeira também contribui para a busca e salvamento, relativamente a pessoas que estejam a navegar no mar, bem como contribui para a salvaguarda de recursos, referindo-se que se pode detetar situações que ponham em causa os recursos ambientais, denotando-se a deteção de ameaças internacionais e busca e salvamento.

Para além dos dados verificadas até aqui, o facto da vigilância se constituir como um garante da segurança interna dos Estados e permitir a deteção de ameaças por via marítima, também se determina que estes são códigos chave da questão n.º 1, tendo os mesmos sido verificados na entrevista do E2.

Na entrevista do E5, foi referido que 90% das rotas comerciais são feitas por via marítima e que destes apenas 1% é sujeito a fiscalização, o que demonstra a importância

que a vigilância costeira poderá ter na deteção de ameaças internacionais que podem advir da grande circulação de mercadorias.

Com a análise de conteúdo verifica-se que a vigilância costeira não é relevante se funcionar isoladamente, sendo para isso necessário uma vigilância de todo o espaço marítimo, como refere o E2, sendo o único a não concordar desde logo com a importância da vigilância costeira.

Ainda foi perceptível através da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, o facto da vigilância costeira se constituir como uma obrigação dos Estados, onde, por exemplo, o E5 refere que se deve exercer uma forte ação de controlo na fronteira marítima da UE.

Por conseguinte, na Tabela n.º 1 apresentam-se os códigos chave e a sua preponderância nas entrevistas.

Tabela n.º 1 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 1

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Concorda	X		X	X	X	80
Não isoladamente		X				20
Garante a segurança interna	X			X	X	60
Deteção de ameaças internacionais		X	X	X	X	80
Busca e salvamento		X				20
Obrigação dos Estados		X			X	40
Grande circulação de mercadorias					X	20

Verifica-se que 80% dos entrevistados concorda que a vigilância costeira é fundamental no controlo da fronteira externa da UE, onde apenas o E2 diz que este não é fundamental se funcionar isoladamente. Todavia, verifica-se que a maior parte dos entrevistados concorda com o que se verificou na parte teórica do trabalho, que é o facto da vigilância costeira se constituir como importante no controlo das fronteiras externas da UE.

Em relação ao facto da vigilância costeira contribuir para o garante da segurança interna, este código chave encontra-se em 60% dos entrevistados, relacionando-se com a parte teórica, relativamente ao facto da vigilância costeira estar atribuída à GNR, sendo que esta tem como atribuição garantir a segurança de pessoas e bens, demonstrando-se uma das situações na qual a vigilância costeira tem um contributo significativo.

Um outro código chave que teve grande preponderância é a deteção de ameaças internacionais ser uma das principais justificações para a necessidade de vigilância costeira, sendo que 80% dos entrevistados apresentam este dado nas suas respostas, não se verificando esta justificação apenas no E1.

Como foi demonstrado na parte teórica, a UE é alvo de várias ameaças internacionais, sendo que no seio desta se dá especial atenção à eficácia da vigilância costeira como forma de prevenção das ameaças internacionais.

Obteve-se ainda das entrevistas o facto da vigilância costeira dever ser encarada como uma obrigação dos Estados-Membros da UE, correspondendo a 40% das respostas. Assim sendo, este código chave também se encontra na parte teórica do trabalho, pois ao ser atribuída à GNR a responsabilidade da vigilância costeira, Portugal está a assumir que é uma obrigação sua desenvolver a atividade de vigilância costeira, como forma de garantir a segurança interna.

Por último, a busca e salvamento que a vigilância costeira poderá permitir e a grande circulação de mercadorias, representam 20% cada um, constituindo-se como dois dados novos que ainda não tinham sido verificados na parte teórica.

4.2.2. Análise de conteúdo da questão n.º 2

De acordo com as entrevistas realizadas, relativamente à existência de troca de informação entre a GNR e a *Guardia Civil* verificam-se dois pontos de vista, pois quatro dos entrevistados indicam que esta troca de informação existe, no entanto, um destes entrevistados diz que esta troca de informação não é suficiente, referindo que é discutível se é suficiente.

Seguidamente apresenta-se o Quadro n.º 3 com a grelha de análise relativamente à questão n.º 2.

Relativamente a esta questão, “Espanha, país que partilha a fronteira externa da União Europeia com Portugal, possui um sistema de vigilância costeira, o *SIVE*. Existe partilha de informação entre a *Guardia Civil* e a GNR em relação às ameaças detetadas pelo *SIVE*? Se sim, que repercussões detém na vigilância da costa portuguesa?”.

Quadro n.º 3 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 2

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “Existe, embora seja discutível” • “uma ameaça identificada pelo <i>SIVE</i>, caso a mesma se encaminhe para o mar territorial de Portugal, esta é transmitida” • “passando a monitorização da ameaça a ser efetuada através do SIVICC ou de outro sistema de vigilância” • “não existe partilha automática de informação (...) faz-se ao nível dos comandantes locais”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Não te posso responder com muito conhecimento” • “iremos receber, ainda não no imediato (...) informação por parte do <i>SIVE</i> (...) adquirida de forma automática pelo sinal radar”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “Existe, exemplo disso é a apreensão de 1 tonelada de haxixe que ocorreu no Rio Guadiana, através da deteção de uma embarcação pelo <i>SIVE</i>” • “existirá cruzamento de informação em termos de imagem local, em tempo real, do PO da Praia Verde (SIVICC) com o PO de <i>Huelva</i> (<i>SIVE</i>), à semelhança do norte de Portugal”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “a partilha de informação já vem pelo menos desde os tempos da Brigada Fiscal” • “Enquanto estive colocado no Destacamento Marítimo de Olhão da Brigada Fiscal, diversas vezes foram recebidas informações de embarcações suspeitas de tráfico internacional de estupefacientes, que se dirigiam para a costa portuguesa e tinham sido detetadas pelo sistema de vigilância da <i>Guardia Civil</i>”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “a partilha de informação quanto a ameaças existe” • “faz-se ao nível local através de contactos diretos entre os comandantes das unidades transfronteiriças” • “espera-se que o SIVICC seja uma fonte de informação importante, mas não única.”

Um facto que se retirou das entrevistas realizadas é que o *SIVE* permite a deteção de ameaças a Portugal, pois como refere o E1, caso o *SIVE* identifique uma ameaça em direção ao mar territorial português, esta é transmitida para a GNR.

Ainda em relação à deteção de ameaças a Portugal por parte do *SIVE*, o E3 ainda dá um exemplo concreto da troca de informação em relação à deteção de uma ameaça de narcotráfico com destino a Portugal, a qual foi detetada pelo *SIVE* e comunicada à GNR. A este propósito resultou uma apreensão de haxixe. Um exemplo dado pelo E4, é que já no tempo da Brigada Fiscal havia esta troca de informação em relação a ameaças internacionais.

Concomitantemente foi possível verificar que através das informações fornecidas pela *Guardia Civil*, o E1 refere que permite a continuidade da monitorização dessa mesma ameaça em Portugal, quer seja pelo SIVICC ou por outro sistema de vigilância, tendo este entrevistado referido que esta continuidade deve ser garantida.

Neste contexto verifica-se que no futuro o *SIVE* informará a GNR com a troca de informação do sinal radar de forma automática, porém atualmente esta troca ainda não existe, sendo um fator referido pelo E2, E3 e E5.

O E3 dá um exemplo concreto da futura troca de informação automaticamente, referindo que esta troca será de imagem local em tempo real, entre o PO da Praia Verde e o PO de Huelva.

Por sua vez, o E5 refere a esperança na importância do SIVICC como fonte de informações, percebendo-se a futura troca de informação automática.

Desta forma, apresenta-se a Tabela n.º 2, onde constam os vários códigos chave encontrados através do processo de codificação das entrevistas relativamente à questão n.º 2.

Tabela n.º 2 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 2

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Existe	X		X	X	X	80
Não é suficiente	X					20
Desconhece		X				20
Deteção de ameaças a Portugal	X		X	X	X	80
Monitorização da ameaça em Portugal	X					20
Existirá troca de informação automaticamente		X	X		X	60

Relativamente ao primeiro código chave apresentado, 80% dos entrevistados refere que existe troca de informação entre a *Guardia Civil* e a GNR em relação às ameaças detetadas, como referiram o E3, E4, E5 e E1, contudo, este último considera que esta poderá não ser suficiente, representando 20% dos entrevistados e, por sua vez, o E2 refere que desconhece esta questão, apresentando 20%.

Em grande medida verifica-se a deteção de ameaças a Portugal por parte do *SIVE*, pois este é um código chave de grande preponderância, estando presente em 80% dos entrevistados, onde apenas o E2 é o único entrevistado no qual não se verifica a presença desta ideia.

Quanto à possibilidade da monitorização da ameaça em Portugal, esta verifica-se apenas na entrevista do E1 representando 20% dos inquiridos.

Verifica-se em 60% dos entrevistados que existirá troca de informação automaticamente entre o SIVICC e o *SIVE*, verificando-se desta forma que atualmente esta troca ainda não existe.

Como se verificou na parte teórica do trabalho, o *SIVE* permite a interoperabilidade com outros órgãos em Espanha, não se tendo apresentado a possibilidade de troca de informação de forma automática, em termos de sinal radar, entre o *SIVE* e o SIVICC, constituindo-se como um dado novo verificado na parte prática

Relativamente à deteção de ameaças com destino a Portugal por parte do *SIVE* interliga-se com um dado verificado na parte teórica, que é o facto deste sistema permitir detetar ameaças a grandes distâncias, o que poderia deixar prever esta situação na parte prática.

4.2.3. Análise de conteúdo da questão n.º 3

Por conseguinte, apresenta-se o Quadro n.º 4, que ilustra a grelha de análise de conteúdo desta questão.

Quadro n.º 4 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 3

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “até ao momento estão 5 Postos concluídos e apenas 3 entregues e a operar” • “não se tenha sentido ao nível da UCC, significativa alteração do modelo de emprego operacional, face ao antecedente”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “não tenho SIVICC a funcionar na minha área portanto não tenho alteração nenhuma” • “vai-nos permitir poupar um conjunto alargado de meios humanos” • “temos (...) um PO que está montado, embora ainda não a funcionar, na Foz do Arelho, temos dois PO onde já está em fase de edificação (...) o outro vai entrar dentro de dias”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “devido ao atraso (...) existe uma grande necessidade de empenhar um maior número de militares na vigilância da costa”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “Um Posto de Observação (...) que se encontra em funcionamento na zona do Cabo Sardão, permite libertar alguns efetivos dedicados à vigilância” • “Desta forma, é possível obter uma maior rentabilização dos recursos humanos”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “ainda não está operacional”

Um dos códigos chave que foi possível obter, prende-se com o facto de que atualmente com o SIVICC ainda não há alterações na atividade operacional. O E1 refere

que apesar de já estarem 3 PO a operar, ao nível da UCC não há uma significativa alteração em termos operacionais, enquanto o E5 e o E2 também partilham desta opinião, sendo que este último refere que na sua área ainda não tem o SIVICC a operar, no entanto refere que estão a ser montados 2 PO na sua área e que outro já está montado, não estando ainda a operar.

Paradoxalmente, com a realização das entrevistas foi possível obter um outro ponto de vista em relação a esta questão, pois o E4 tem um PO a funcionar na sua zona de ação, afirmando que este facto permite libertar alguns efetivos afetos à vigilância, percebendo-se que existe um menor número de militares empenhados nesta atividade.

Por sua vez, o E4 indica que devido ao anteriormente apresentado, é possível obter uma maior rentabilização dos recursos humanos, tendo referido que desta forma tem possibilidade de canalizar os seus homens para outras funções, percebendo-se que esta afirmação indica um outro dado, a rentabilização dos meios humanos.

Uma realidade oposta à verificada anteriormente é apresentada pelo E3, o qual indica que devido ao atraso de implementação do SIVICC, torna-se necessário que haja empenho de um maior número de militares na atividade de vigilância.

O E2 também partilha da opinião do E3, pois este refere que futuramente a implementação do SIVICC irá proporcionar a poupança de meios humanos, percebendo-se que atualmente isso não acontece, tendo referido na sua entrevista um aspeto que não se encontra²² no Quadro n.º 4, que é o facto de nas áreas cobertas pelos PO do SIVICC não ser necessário haver patrulhas a fazer vigilância.

De acordo com questão n.º 3, apresentam-se os códigos chave obtidos, por forma a perceber-se a presença destes mesmos códigos chave, ilustrados na Tabela n.º 3.

Tabela n.º 3 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 3

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Não há alterações	X	X			X	60
Maior número de militares empenhados na vigilância		X	X			40
Menor número de militares empenhados na vigilância				X		20
Rentabilização dos meios humanos				X		20

²² vide Apêndice A.3.2. Entrevista n.º 2

Olhando para a tabela acima apresentada, o primeiro código chave é que ainda não há alterações, isto é, em relação ao funcionamento atual do SIVICC, ainda não se denotaram alterações significativas na atividade de vigilância costeira, sendo que este código é partilhado por 60% dos entrevistados.

No entanto, existe uma ideia contrária a este código chave, onde através da entrevista ao E4 percebe-se que atualmente este sente alterações com a implementação do sistema SIVICC. Este entrevistado refere que atualmente há um menor número de militares empenhados na vigilância e que, por consequência, este fator permite uma maior rentabilização dos meios humanos. Desta forma, estes dois códigos chave representam 20% dos entrevistados, revelando terem pouca preponderância nas respostas dos entrevistados relativamente à realidade atual.

Outros dois códigos chave, que se opõem aos factos apresentados pelo E4, é que atualmente existe um maior número de militares empenhados na vigilância costeira, ideia que é compartilhada pelo E2 e pelo E3, representando, assim, 40% das respostas, aspeto que é justificado com um atraso na implementação do SIVICC.

Relativamente ao facto do SIVICC ainda não estar totalmente implementado e, por esta situação, a maior parte dos entrevistados afirmar que não sente alterações na atividade operacional, confirma o dado verificado na parte teórica em relação ao grande atraso na implementação do sistema.

Na parte teórica verificou-se que o SIVICC no total irá ter 20 PO fixos, porém, com a investigação de campo verifica-se que apenas 3 PO estão a operar, o que fica muito aquém dos 20 PO fixos que estão previstos. Portanto, é facilmente perceptível que a percentagem de entrevistados que sente alterações seja reduzida, como de facto se verifica.

Tendo em conta o entrevistado que tem um PO a operar afirmar que sente alterações, nomeadamente na economia de meios, deixa antever que quando o sistema estiver totalmente implementado seja possível obter uma grande economia de meios ao nível de toda a UCC.

4.2.4. Análise de conteúdo da questão n.º 4

Passando agora a fazer-se a análise de conteúdo da questão n.º 4, “Como prevê a situação após o funcionamento total do sistema, designadamente no que se refere à

atividade operacional e uma coordenação dos meios de vigilância costeira?”, de seguida apresenta-se a grelha de análise de conteúdo desta questão, apresentada no Quadro n.º 5.

Quadro n.º 5 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 4

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “georreferenciação do posicionamento dos meios da Unidade” • “gestão operacional centralizada, a partir do Comando da Unidade” • “traduzirá numa esperada economia de meios e num aumento da eficácia de vigilância”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “permite adquirir um conjunto alargado de informação” • “poupar um conjunto alargado de meios humanos e materiais” • “podendo fazer outro tipo de operações (...) como fiscalização rodoviária, devido à circulação de mercadorias (...) atividades de pesca, que são mais motivadoras para o pessoal”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “permitirá detetar um vasto leque de situações, nomeadamente na prática de infrações (...) investigações e controlo de embarcações que estejam referenciadas (...) até SAR” • “o sistema cobrirá a maior parte do território nacional”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “penso que o que se irá verificar será o que referi anteriormente mas numa escala maior”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “irá promover uma economia de recursos humanos (...) o qual poderá ser empenhado noutras missões, nomeadamente na intervenção” • “cobertura da costa será praticamente total” • “redução nos tempos de reação a ameaças, pois o efetivo não estará tão disperso” • “maior coordenação de atuação tanto ao nível local como a nível regional e nacional” • “a informação estará em permanência centralizada e disponibilizada permitindo uma atuação concertada sem sobreposição desnecessária”

Com a entrevista realizada ao E1, este aludiu ao facto do sistema SIVICC permitir a georreferenciação de meios, isto é, irá permitir saber a posição de todos os meios à disposição da UCC, obtendo-se um dos códigos chave apresentados, que é a georreferenciação de meios.

Um outro código chave obtido da entrevista do E1 é a gestão operacional centralizada que o SIVICC irá proporcionar aquando da sua total implementação, pois este entrevistado refere que a partir do Comando da Unidade, poderá fazer-se a gestão dos meios, quer humanos quer materiais.

Olhando para o referido no parágrafo anterior, esta opinião também é partilhada pelo E5, pois este indica que a informação estará centralizada no Comando da Unidade, permitindo que haja uma atuação mais assertiva, sem que haja sobreposição de Subunidades.

Verificou-se ainda que o E1 prevê que o SIVICC irá permitir economizar meios, tendo como consequência um aumento da eficácia da vigilância costeira. O E2 também partilha desta opinião, aludindo à economia de meios, tanto humanos como materiais, dando o exemplo prático de que em relação aos meios humanos, não terá de empenhar patrulhas na vigilância costeira em zonas de cobertura dos PO do SIVICC e, que em relação aos meios materiais, nomeadamente viaturas, estas serão sujeitas a um menor desgaste.

Ainda em relação ao facto acima debatido, o E5 também referiu que o SIVICC permitirá economizar meios humanos, podendo-se desta forma canalizar os militares para outras missões, obtendo-se assim um outro código chave, que é a rentabilização de meios humanos. Este é um aspeto partilhado pelo E2, dando o exemplo da canalização dos militares para operações de fiscalização de mercadorias em circulação e fiscalização de pesca, constituindo-se como dois tipos de operações que poderão ser desenvolvidas em maior número, aumentando os índices de motivação dos militares.

Esta situação também é apontada pelo E4, pois como este referiu na questão n.º 3, já sente esta realidade atualmente, referindo que quando o sistema estiver implementado na sua totalidade, este facto irá verificar-se a um nível superior ao do seu DCC.

Por conseguinte, um outro código chave retirado das entrevistas é o conjunto alargado de informação, pois o SIVICC irá permitir detetar vários tipos de infrações, sendo que este irá cobrir a maior parte da extensão da costa portuguesa, como se percebe através das entrevistas ao E2, E3 e E5.

Salienta-se ainda que o SIVICC poderá prestar auxílio no âmbito da busca e salvamento de náufragos, como refere o E3.

Através da entrevista realizada ao E5, retiram-se dois fatores dignos de registo, que são a intervenção rápida e maior coordenação que o sistema SIVICC fornecerá à UCC, pois de futuro, o efetivo não estará tão disperso, como acontece atualmente, como consequência do grande número de militares empenhados na vigilância costeira.

Segundo o E5, a atuação terá maiores índices de coordenação, quer seja a nível regional, quer seja a nível nacional, denotando-se assim, o dado de maior coordenação.

Concluída a análise de conteúdo da questão n.º 4, apresenta-se a Tabela n.º 4, no qual são ilustrados os códigos chave obtidos, bem como a percentagem da sua presença nas diferentes entrevistas.

Tabela n.º 4 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 4

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Georreferenciação de meios	X					20
Gestão operacional centralizada	X				X	40
Economia de meios	X	X			X	60
Conjunto alargado de informação		X	X		X	60
Rentabilização dos meios humanos		X		X	X	60
Busca e salvamento			X			20
Intervenção rápida					X	20
Maior coordenação					X	20

Com a questão n.º 4, verifica-se que se obtiveram diversos códigos chave. O primeiro código apresentado, a georreferenciação de meios, apresenta 20%, devido à sua presença apenas no E1.

Posteriormente surge a gestão operacional centralizada, a qual representa 40% das entrevistas realizadas, por consequência da sua presença nas entrevistas do E1 e E5.

A economia de meios é um código chave que representa 60%, bem como um outro código chave que advém da economia de meios, que é a rentabilização de meios humanos, sendo que este também representa 60% das entrevistas.

Apresentando-se como um dos códigos chave com maior percentagem de presença nas diferentes entrevistas, a par dos códigos chave apresentados no parágrafo anterior, é o conjunto alargado de informação que o SIVICC irá proporcionar, representando também este 60% das entrevistas, sendo que cada um destes está presente em três entrevistas diferentes, como é possível verificar através da Tabela n.º 4.

Como se verifica na Tabela n.º 4, o E3 apresentou ainda uma ideia que não se verificou nos outros entrevistados, que é o facto de o SIVICC permitir a busca e salvamento, representando 20% dos entrevistados.

O E5 apresenta outros dois códigos chave que ainda não tinham sido referidos pelos outros entrevistados, que é a intervenção rápida e a maior coordenação na atuação que o SIVICC poderá proporcionar, sendo que cada um destes representa 20% das entrevistas.

Posto isto, através da análise da Tabela n.º 4, verifica-se que os entrevistados dão várias ideias sobre a mesma questão.

Teoricamente verificou-se que este permite a deteção antecipada de ameaças, logo tendo em conta os vários códigos chave obtidos com esta questão n.º 4, vem de facto confirmar-se que esta teoria poderá estar certa.

De acordo com o parágrafo anterior, tem-se o caso prático do entrevistado que já denota alterações em termos operacionais, notando-se com este conjunto alargado de códigos chave, a possibilidade de um fator identificado na teoria, que é a ideia de que o SIVICC permitirá à UCC fazer uma gestão e ativação de meios de forma mais eficiente.

Com a investigação de campo identificaram-se alguns aspetos que não tinham sido perceptíveis na parte teórica como a georreferenciação de meios, busca e salvamento e intervenção rápida que este poderá permitir.

4.2.5. Análise de conteúdo da questão n.º 5

A seguir, apresenta-se o Quadro n.º 6, no qual se encontra a grelha de análise de conteúdo desta mesma questão.

Quadro n.º 6 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 5

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “o facto do sistema integrar diversos PO móveis, permite que a partir do CCCN se identifiquem as áreas que devem ser alvo do empenho desses PO, ou outros meios de vigilância” • “a componente marítima da Unidade (...) será conduzida a eventuais alvos ou a posicionamentos estratégicos, sob orientação do CCCN”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “adquirir toda a informação de forma automática e canalizar toda a informação para uma sala” • “Obviamente que haverá situações em que exija um nível de solução de comando do CCCO de Lisboa”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “terá toda a informação do terreno em tempo real, o que permitirá, a quem tomar a decisão, adequar os meios necessários à ocorrência”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “havendo um local onde a informação é concentrada, haverá uma mais-valia em termos de emprego de meios, pois os mesmos podem ser facilmente canalizados para onde são necessários”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “ao haver uma recolha e tratamento de informação centralizada, uma boa parte dos meios terrestres passará a estar afeta à intervenção imediata” • “uma atuação com maior capacidade de manobra e efeito de massa e de forma mais coordenada com outras Subunidades e Unidades”

Relativamente às entrevistas realizadas, a questão n.º 5 colocada foi “A Unidade de Controlo Costeiro tem um CCCO em Lisboa, que quando funcionar em pleno, permitirá fazer a gestão e coordenação do SIVICC a nível nacional. De que modo poderá a

existência deste CCCO promover a rentabilização dos meios (marítimos e terrestres) à disposição de toda a Unidade?”.

Com as várias entrevistas realizadas foi possível perceber que um dos códigos chave presentes é a melhor gestão de meios, que o CCCO nacional da UCC permite obter.

Em relação à melhor gestão de meios, o E1 dá um exemplo prático de que o CCCO poderá trazer ao empenho operacional, pois através deste será possível identificar zonas em que seja necessário empenhar os PO móveis, por falta de cobertura dos PO fixos, demonstrando-se, assim, a gestão de meios afetos ao SIVICC que o CCCO nacional poderá fornecer.

Ainda em relação à melhor gestão de meios, o E3 e o E4 indicam que este CCCO proporcionará a canalização e adequação dos meios de intervenção a determinada ameaça, o que revela a ideia deste CCCO permitir aumentar os índices de gestão de meios.

Como consequência do parágrafo anterior, ainda se retira um outro código chave relevante como resposta à questão apresentada, que é o facto do CCCO em Lisboa, com competência de gestão de meios a nível nacional, aumentar a capacidade de manobra da UCC em relação às ameaças com destino a Portugal.

Dados apresentados pelos entrevistados que justificam a determinação da maior capacidade de manobra como um código chave é, por exemplo, um dado apresentado pelo E4 e que se encontra no Quadro n.º 6, que é o facto de uma ameaça poder ter repercussões em mais do que um DCC e, se a informação estiver centralizada num local, permitirá um emprego de meios de forma adequada, havendo desta forma um efeito de massa no combate às ameaças, como se verifica na entrevista do E5.

O CCCO em Lisboa permitirá ainda que os meios, quer humanos quer materiais à disposição da UCC, sejam colocados em posicionamentos estratégicos, de forma a interceptar eventuais alvos, o que parece demonstrar a capacidade de manobra que o CCCO poderá trazer com todos os meios sob sua orientação, como é referido pelo E1. Por sua vez o E2 refere que é perceptível que este tipo de situações venham a acontecer, e quando elas acontecerem, será exigida uma solução por parte do Comando da Unidade, ideias que são apresentadas no Quadro n.º 6.

Um aspeto verificado com a entrevista ao E2 é que a capacidade do CCCO permitir adquirir a informação de forma automática de tudo o que é gerado pelo SIVICC a nível nacional, constitui-se como um fator que permite rentabilizar quer os meios marítimos, quer os meios terrestres.

Outra opinião de um dos entrevistados, o E3 refere que a possibilidade da informação obtida e, à disposição do CCCO ser informação do terreno em tempo real, constitui-se como um fator relevante para a UCC, no que toca à rentabilização de meios.

O E5 profere ainda um aspeto que considera ser importante para a atividade operacional na interceção de ameaças, que é o caso de a partir do CCCO da UCC ser possível coordenar a capacidade de manobra desta Unidade com outras Unidades, permitindo, assim, que haja interação relativamente à atividade operacional.

Por conseguinte, apresenta-se de seguida a Tabela n.º 5, no qual se faz a análise da presença dos códigos chave obtidos na questão n.º 5 nos vários entrevistados.

Tabela n.º 5 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 5

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Melhor gestão de meios	X		X	X		60
Maior capacidade de manobra	X	X	X	X	X	100
Permite a recolha de informação automaticamente		X				20
Informação em tempo real			X			20
Interação com outras Unidades					X	20

Relativamente à Tabela n.º 5, um código chave que se ressalva perante os restantes códigos chave é a maior capacidade de manobra, visto este ser o único código chave que se obtém de todas as entrevistas realizadas, apresentando assim 100% dos entrevistados, sendo unânime a ideia de que o CCCO trará uma maior capacidade de manobra à UCC.

Olhando para a Tabela n.º 5, um outro código chave que tem presença em mais de metade dos entrevistados é o facto de o CCCO promover uma melhor gestão de meios, sendo uma ideia partilhada por três dos entrevistados, representando 60% dos inquiridos, referindo que este será um aspeto que possibilitará a rentabilização de meios.

Seguidamente identificam-se outros códigos chave com menor percentagem de presença, como é o CCCO permitir a recolha de informação automaticamente e esta informação ser obtida em tempo real como promoção da rentabilização dos meios à disposição da UCC, representando cada um destes códigos chave 20%.

Neste contexto verifica-se outro dado relativamente ao CCCO permitir a interação com outras Unidades, representando 20% das entrevistas, sendo que este código chave também se relaciona com a rentabilização dos meios.

Fazendo a ponte com a parte teórica, os dados que se verificaram desde logo na investigação de campo e que também já se tinham identificado na teoria, é a possibilidade de obtenção de informação em tempo real e de forma automática.

Também já se poderia antever com a revisão da literatura é a melhor gestão de meios que a centralização da informação poderá proporcionar.

Contudo, o fator que teve 100% de presença nas entrevistas é a maior capacidade de manobra, sendo um dado que ainda não tinha sido possível apurar na revisão de literatura, logo a investigação de campo foi relevante para apurar estes dados.

4.2.6. Análise de conteúdo da questão n.º 6

O Quadro n.º 7 apresenta a análise de conteúdo da questão n.º 6 apresentada nas entrevistas realizadas

Quadro n.º 7 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 6

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “A centralização da informação é fundamental para o apoio à decisão” • “previne a inviolabilidade do sistema” • “torna o sistema pouco ou nada corruptível” • “como desvantagens podem-se apontar a distância ao terreno, mas que pode ser minimizado com o sistema de comunicações da rede SIRESP, e o eventual volume de informação que é gerado no dispositivo, relativamente ao qual poderá haver dificuldade na sua gestão”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Portugal é suficientemente pequeno para ter capacidade num só local de visualização de todo o tráfego que anda nas nossas águas” • “a capacidade de armazenamento desta informação num só local poderá contribuir para o conhecimento situacional do mar”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “O tempo o dirá”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “Havendo um CCCO nacional, penso que o mesmo teria obrigatoriamente que ficar junto do Comandante e do Comando da Unidade” • “Em vez de os Comandantes de DCC, numa determinada situação, ligarem uns para os outros a pedir meios, no Comando fazem a gestão e apoio de meios de uma forma mais célere”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “não há degradação nem extemporaneidade da mesma, visto que há uma redução de intervenientes no canal informativo, evitando-se omissões ou acrescentos desnecessários de dados”

Passando agora à questão n.º 6 é “Em que medida, a canalização de toda a informação proveniente do SIVICC para o CCCO em Lisboa será, ou não, vantajosa?”.

Como é perceptível através do Quadro n.º 7, o E3 refere uma expressão que não permite descrever o que poderá trazer a canalização da informação para o CCCO nacional, considerando-se que este desconhece.

Por conseguinte, foi perceptível que um dos fatores para o qual esta canalização de informação poderá contribuir é o apoio à decisão por parte do Comando da UCC, sendo esta uma ideia partilhada pelo E1 e pelo E4. Este último aponta que não faria sentido o CCCO nacional estar noutro local que não junto ao Comando da Unidade, situação que parece demonstrar que, assim, permite apoiar a decisão do Comando da Unidade em situações que seja exigível.

Uma outra opinião apresentada na entrevista feita ao E2 é que a canalização de toda a informação para um único local permitir um conhecimento situacional do mar, isto é, o CCCO tendo a capacidade de armazenamento e acesso a toda esta informação gerada pelo SIVICC tem também a capacidade de visualizar todo o tráfego marítimo que circula nas águas portuguesas.

Um outro código chave obtido através das entrevistas é o facto desta canalização de informação permitir a obtenção de informação segura.

Verifica-se no Quadro n.º 7 que o E1 considera que esta canalização de informação previne a inviolabilidade do sistema tornando-o pouco corruptível, tendo-se, desta forma, garantias de que a informação que é gerada pelo SIVICC, armazenada e analisada é informação segura e relevante para a atividade operacional da UCC. Relativamente a este assunto o E5 refere ainda que esta canalização de informação para o CCCO do Comando da UCC contribui para que não haja degradação da mesma.

Como justificação do facto supramencionado, o E5 refere o pequeno número de intervenientes no canal informativo, visto que esta canalização da informação é feita de forma automática, mantendo-se assim os níveis de qualidade da informação produzida e canalizada para o CCCO.

Identificou-se ainda através das entrevistas realizadas, que esta canalização de informação permitirá um apoio de meios de forma rápida e coordenada em situações que assim o exijam. Este código chave provém da entrevista realizada ao E4, o qual refere que em vez dos Comandantes locais comunicarem entre si a pedir apoio, a partir do Comando da UCC faz-se a gestão do apoio necessário mais rapidamente, pois o CCCO tendo

alargada informação do terreno em tempo real, permite que a partir deste se faça a gestão destas situações.

Por último, através da entrevista ao E1 ainda foi possível verificar que este considera que, no entanto, poderá constituir-se como uma possível desvantagem o facto de o CCCO apresentar uma distância ao terreno e gestão de um elevado número de informação, que considera poder ser minimizado com a georreferenciação de meios através da rede SIRESP.

Por conseguinte, seguidamente apresenta-se a Tabela n.º 6, na qual se faz a análise da presença dos vários códigos chave retirados das respostas dos entrevistados relativamente à questão n.º 6, por forma a perceber-se a preponderância que cada um dos códigos chave tem nas várias entrevistas realizadas.

Tabela n.º 6 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 6

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Desconhece			X			20
Apoio à decisão	X			X		40
Informação segura	X				X	40
Conhecimento situacional do mar		X				20
Apoio de meios de forma rápida e coordenada				X		20
Possível desvantagem em relação à distância ao terreno e gestão de elevado número de informação	X					20

Através da Tabela n.º 6 verifica-se que nesta questão não há um código chave que seja unânime, no entanto, o apoio à decisão e a informação segura são dois códigos chave que estão presentes em mais do que um dos entrevistados, sendo que ambos os códigos chave apresentam 40% de presença nas diversas entrevistas, sendo uma ideia partilhada por dois dos entrevistados.

Relativamente ao parágrafo anterior, no E1 e no E4 verificam-se o apoio à decisão e o E1 e o E5 partilham a ideia de que a canalização da informação para o CCCO permite que a informação seja segura, pressupondo-se que estas são duas vantagens.

O facto da canalização da informação permitir um conhecimento situacional do mar, isto é, conhecer o tráfego nas nossas águas é representado por 20% das respostas dos entrevistados.

Também com 20% dos entrevistados apresenta-se o código chave do apoio de meios de forma rápida e coordenada, entendendo-se, assim, que tanto este código chave, como o código chave do conhecimento situacional do mar que a canalização da informação para o CCCO nacional poderá proporcionar, constituem-se como vantagens na atividade operacional da UCC.

Por último, através da entrevista ao E1, verificou-se uma possível desvantagem, que é o facto de o CCCO estar distante do terreno e ter de fazer a gestão de um elevado número de informações geradas pelo SIVICC, enquanto o E3 parece desconhecer haver vantagens ou não desta canalização de informação, sendo que ambos os códigos chave apresentam 20%.

Relativamente aos dados obtidos nesta questão, na revisão de literatura já se tinha verificado que o CCCO servia como auxílio às tomadas de decisão, logo, com a investigação de campo comprovou-se esta teoria, pois obteve-se o código chave de apoio à decisão.

Neste contexto, desta questão foram retirados códigos chave que se constituíram como novos dados ainda não verificados, como é exemplo da possível desvantagem que poderá haver relativamente ao facto de poder existir a desvantagem devido à distância que o CCCO tem do terreno e o elevado número de informações que será produzido.

O conhecimento situacional do mar é um conceito que também ainda não tinha sido verificado com a revisão da literatura e que é um dado importante e positivo que o CCCO poderá fornecer ao Comando da UCC.

4.2.7. Análise de conteúdo da questão n.º 7

Para finalizar a análise de conteúdo das entrevistas, apresenta-se o Quadro n.º 8, no qual se verifica a grelha de análise de conteúdo da questão n.º 7 que é “Como caracteriza a dinâmica de troca de informação que o CCCO da UCC poderá vir a estabelecer com o Comando Operacional? Será uma mais-valia?”.

Tendo em atenção o Quadro n.º 8, o E3, E4 e E5 afirmam que de facto esta troca de informação poderá constituir-se como uma mais-valia, todavia, o E3 e o E4 não caracterizam esta troca de informação. Por sua vez, o E5 considera que esta troca de informação será caracterizada por uma maior troca de informação entre o CCCO do

Comando da UCC e o CO, reportando que esta troca de informação será mais rápida e mais rica.

Quadro n.º 8 - Grelha de análise de conteúdo da questão n.º 7

E	Expressões Chave
E1	<ul style="list-style-type: none"> • “Com a entrada em funcionamento do CCCN, deverá ser incrementada a troca de informação com o CO” • “considerando que as ameaças que são identificadas na costa (...) por vezes estão além da capacidade de resposta imediata da componente terrestre da UCC, sendo fundamental que a componente territorial intervenha ao seu nível, sob coordenação do CO”
E2	<ul style="list-style-type: none"> • “Penso eu que nem sequer está prevista nenhuma troca de informação dinâmica entre o CCCO da UCC e o CO”
E3	<ul style="list-style-type: none"> • “Uma mais-valia será certamente” • “atualmente não disponho de dados para que o possa caracterizar”
E4	<ul style="list-style-type: none"> • “é algo que penso ser sempre de considerar como uma mais-valia”
E5	<ul style="list-style-type: none"> • “esta passará a ser mais rápida e mais rica, assumindo-se como uma mais-valia”

Uma ideia retirada das entrevistas é que com a entrada em funcionamento do CCCO nacional da UCC poderá permitir incrementar esta troca de informação, sendo esta partilhada pelo E1 e pelo E5, obtendo-se o código chave de maior troca de informação.

Ainda relativamente à troca de informação anteriormente referida, o E1 considera que, desta forma, possibilitará o apoio de outras Unidades, tendo este afirmado que por vezes, perante determinada situação, a capacidade terrestre da UCC não se mostra capaz de intercepar as ameaças que chegam por via marítima e que prosseguem por via terrestre. Assim sendo, na opinião do E1, o CO permitirá coordenar este tipo de situações recorrendo à componente territorial da GNR, obtendo-se o código chave da interação com outras Unidades, algo que será difícil existir sem que haja a coordenação por parte do CO.

Tendo em conta o parágrafo anterior, o facto desta troca de informação entre o CCCO nacional da UCC e o CO poderá constituir-se como uma ferramenta de apoio em situações que exijam uma solução do CO, verificando-se que poderá servir como um apoio à decisão ao CO.

Por fim, conforme a entrevista realizada ao E2 verifica-se uma ideia diferente daquilo que se tem verificado até aqui, pois este refere que, de acordo com o seu conhecimento, o SIVICC está concebido para funcionar isoladamente, não estando prevista

uma troca automática de informação entre o CCCO nacional da UCC e o CO, obtendo-se desta forma um outro código chave, o facto de que, possivelmente, não haverá uma troca de informação dinâmica.

Estando assim concluída a análise de conteúdo da questão n.º 7, apresenta-se a Tabela n.º 7 no qual se encontram os códigos chave obtidos através da grelha de análise de conteúdo desta questão.

Tabela n.º 7 - Frequência dos códigos chave da questão n.º 7

Códigos Chave	E1	E2	E3	E4	E5	%
Será uma mais-valia			X	X	X	60
Não caracteriza			X	X		40
Maior troca de informação	X				X	40
Apoio por outras Unidades	X					20
Apoio à decisão do CO	X					20
Possivelmente não haverá uma troca dinâmica de informação		X				20

Olhando para a Tabela n.º 7, verifica-se que o código chave que tem maior percentagem de presença nas entrevistas realizadas é a mais-valia que a troca de informação entre o CCCO da UCC e o CO poderá constituir, representando 60% dos entrevistados.

Posto isto, dois dos entrevistados não caracterizam a forma como irá ocorrer esta troca de informação, representando 40% das respostas.

Um outro dado é a maior troca de informação que poderá acontecer entre a UCC e o CO devido ao funcionamento do CCCO nacional, apresentando 40%, pois constituiu-se como um código chave presente em duas das entrevistas.

Resultante da maior troca de informação aparecem outros dois códigos chave que são o apoio por outras Unidades e apoio à decisão do CO, ideias que representam 20% dos entrevistados, respetivamente.

Ainda de referir que 20% dos entrevistados reportou a ideia de que possivelmente não haverá uma troca dinâmica de informação e, como se verificou anteriormente, é contrária aos restantes códigos chave.

Relativamente a este assunto, com a revisão da literatura apenas se chegou à conclusão de que o CO terá competência de assegurar a troca de informação com o CCCO da UCC.

Com a investigação de campo denotaram-se alguns aspetos concretos em que o CCCO nacional da UCC poderá fornecer ao CO, como é por exemplo o apoio à decisão do CO que esta informação proveniente do CCCO da UCC poderá oferecer ao CO, para que também seja possível o apoio por parte de outras Unidades.

4.3. Conclusões

Com a realização deste capítulo, recolheram-se informações de modo a dar resposta às questões da investigação, bem como fazer a verificação das hipóteses, algo que será feito no capítulo seguinte.

A este propósito, para a obtenção destas informações realizaram-se entrevistas a militares da GNR com funções de comando, que detêm experiência na vigilância costeira, no sentido de se obter o maior número de informações possível.

Com as entrevistas realizadas obtiveram-se novos dados que não seriam possíveis de obter através de uma revisão de literatura, sendo que a investigação de campo contribui de sobremaneira para a concretização dos objetivos.

Também foi possível perceber as perceções de quem trabalha diariamente na UCC, tendo sido recolhidas as opiniões sobre a vigilância costeira e a sua pertinência na atividade operacional, bem como as opiniões sobre qual é o contributo atual do SIVICC e ainda os contributos que se esperam deste sistema aquando da sua total implementação.

Capítulo 5

Conclusões e recomendações

5.1. Introdução

Neste trabalho inicialmente fez-se uma revisão da literatura, abordando em termos teóricos o que envolve o SIVICC e a vigilância de zona costeira, permitindo desta forma fazer a ponte para a investigação de campo.

Com este capítulo pretende-se fazer uma súmula de todo o trabalho, onde se verificam as hipóteses enunciadas, onde se dá resposta às questões levantadas, onde se apresentam as reflexões finais de todo o trabalho, bem como algumas recomendações, limitações e proposta para uma futura investigação.

5.2. Verificação das hipóteses

Concluída a revisão de literatura e a investigação de campo, chega-se agora à fase da verificação das várias hipóteses formuladas e enumeradas no Capítulo 1.

Posto isto, relativamente à primeira hipótese que é **“A vigilância costeira permite dar resposta às ameaças internacionais”**, esta considera-se validada, pois correlacionando a parte teórica do trabalho com a questão n.º 1 das entrevistas, verifica-se que os entrevistados consideram a vigilância costeira fundamental para o controlo das fronteiras externas da UE, possibilitando a deteção de ameaças internacionais e garantir a segurança interna dos Estados, devendo constituir-se como uma obrigação destes. Porém um dos entrevistados afirma que a vigilância costeira é importante, no entanto esta não é suficiente se funcionar isoladamente.

Passando à verificação da segunda hipótese, **“A Guardia Civil através do SIVE colabora com a UCC na vigilância costeira”**, é uma hipótese que se considera validada, pois com a realização da questão n.º 2 das entrevistas verifica-se que a grande maioria dos entrevistados diz que existe troca de informação entre a *Guardia Civil* e a GNR

relativamente às ameaças detetadas com destino Portugal, à exceção de um dos entrevistados que afirma desconhecer a existência de troca de informação.

Um código chave obtido na investigação de campo é a continuidade da monitorização da ameaça em Portugal que a troca de informação entre as instituições possibilita, o que demonstra a existência de colaboração entre a *Guardia Civil* e a GNR.

Ainda existe um fator que valida esta hipótese que é o facto de alguns entrevistados apontarem que após a total implementação do SIVICC existirá troca de informação proveniente do sinal radar de forma automática com o *SIVE*, o que demonstra a aposta na colaboração entre as duas forças.

Posteriormente, quanto à terceira hipótese, **“O SIVICC é um sistema que incrementa as capacidades de vigilância costeira”**, é uma hipótese que tem duas vertentes, a atualidade e o futuro.

Relativamente à realidade atual, esta é uma hipótese que se refuta, pois a maior parte dos entrevistados de momento não sentem alterações com o SIVICC, havendo uma necessidade de empenhar um maior número de militares, contudo, um dos entrevistados já denota concretamente uma economia de meios e a rentabilização dos meios humanos. Por outro lado, após a total implementação do sistema e tendo em conta a questão n.º 4 das entrevistas, é uma hipótese que se valida, pois todos os entrevistados dão exemplos de várias capacidades que irão incrementar a vigilância costeira, bem como a capacidade de interceção de ameaças por via marítima.

Quanto à verificação da quarta hipótese, **“O CCCO da UCC em Lisboa, com competência de gestão do SIVICC a nível nacional permite coordenar todos os meios à sua disposição”**, considera-se validada, pois tendo em conta o verificado ao longo do trabalho, apresentam-se vários fatores que levam a esta validação. A possibilidade deste CCCO obter informação em tempo real e de forma automática, bem como a melhor gestão de meios e maior capacidade de manobra que este CCCO proporciona, são aspetos que confirmam esta validação.

Seguidamente, a quinta hipótese é **“A centralização da informação recolhida através do SIVICC, no CCCO da UCC em Lisboa, permite melhorar a atividade operacional”**, considera-se validada, pois através da investigação de campo, bem como na revisão de literatura, já era perceptível que este aspeto seria um apoio à decisão. De acordo com a questão n.º 6 das entrevistas, razões como a capacidade de obter um conhecimento situacional do mar e apoio de meios, de forma rápida e coordenada, permitem validar esta hipótese.

Paradoxalmente, um dos entrevistados apresenta um ponto de vista que não vai ao encontro desta hipótese, pois este considera como uma possível desvantagem a distância ao terreno por parte do CCCO e o elevado número de informação que terá de gerir.

Finalizando, a última hipótese que é **“A troca de informação entre a UCC e o CO permite uma coordenação dos meios da GNR para apoiar a vigilância costeira”**, é uma hipótese que se considera validada, pois os dados denotam essencialmente o facto desta troca de informação possibilitar o apoio por outras Unidades em situações que a UCC não seja capaz de controlar isoladamente.

Contudo, um fator que se considera ser divergente é a afirmação de um dos entrevistados, dizendo que o SIVICC está concebido para funcionar isoladamente, logo provavelmente, não prevê uma troca dinâmica de informação entre a UCC e o CO.

5.3. Resposta às perguntas de investigação

Começando por dar resposta às questões de investigação, inicia-se com a resposta à primeira questão de investigação que é **“Será necessária a vigilância costeira para a prevenção e intervenção perante as ameaças internacionais?”**, entende-se que sim, de facto ela é necessária. Como se verificou na revisão de literatura a UE dá grande importância à vigilância costeira como forma de controlo das suas fronteiras marítimas.

Foram ainda obtidas razões que justificam a necessidade desta atividade, pois ela permite a deteção dessas mesmas ameaças à segurança interna de toda a UE, tendo sido considerada como uma obrigação dos Estados, sendo que, no caso de Portugal, essa obrigatoriedade está implícita nas missões atribuídas à GNR.

Passando à segunda questão **“Quais as capacidades que o SIVE fornece a Portugal na vigilância costeira?”**, verifica-se que este sistema de vigilância espanhol permite a deteção de ameaças a Portugal, mesmo que estas estejam a grandes distâncias, sendo que após esta deteção, a *Guardia Civil* informa a GNR dessas mesmas ameaças, permitindo que haja continuidade da sua monitorização em Portugal, ressalvando-se ainda que após a total implementação do SIVICC, o SIVE permitirá a troca de informação das imagens detetadas pelo sinal radar de forma automática e em tempo real.

Respondendo à terceira questão, **“Que capacidades é que o SIVICC fornece à UCC?”**, após a análise da questão n.º 3 e n.º 4 das entrevistas verifica-se que atualmente oferece poucas capacidades, sendo que apenas 3 PO fixos estão a operar. Assim sendo,

denotam-se poucas alterações, à exceção dos DCC que já têm estes PO, onde já existe uma libertação de um grande número de militares afetos à vigilância, possibilitando a sua canalização para outras missões.

Após a sua total implementação perspetivam-se várias capacidades que irão incrementar a vigilância costeira, fundamentalmente a deteção a longas distâncias de ameaças, maior coordenação, georreferenciação de meios e gestão operacional centralizada, sendo que estas capacidades possibilitarão uma intervenção mais rápida.

A quarta questão, **“De que forma o CCCO, com competência a nível nacional de gestão do SIVICC, incrementa a coordenação de meios?”**, verifica-se que a capacidade de este obter informação em tempo real e de forma automática sobre a situação de toda a zona costeira nacional, permite que a partir deste CCCO se aumente a capacidade de manobra da UCC, fazendo a rápida canalização de meios para determinada ameaça, por forma a garantir a sua rápida interceção e controlo. Assim, verifica-se que existirá uma maior coordenação de meios.

Por conseguinte, respondendo à quinta questão, **“De que modo a centralização da informação no CCCO nacional contribui para a atividade operacional?”**, tendo em conta a questão n.º 6 das entrevistas, entende-se que o seu principal contributo é ao nível do apoio à decisão, para que o Comando da UCC faça a gestão de determinada situação de uma forma mais assertiva, dispondo de um conjunto alargado de informação. Todavia, é preciso ter em atenção que o volume de informações obtido a partir do SIVICC é grande, podendo tornar-se complicada a gestão e tratamento de toda essa informação.

Relativamente à sexta questão, **“Qual o contributo da troca de informação entre o CCCO da UCC e o CO na atividade operacional?”**, verificou-se através da investigação de campo que a principal vantagem que poderá advir desta troca de informação é o possível apoio por parte de outras Unidades, como as Unidades Territoriais, em situações que a UCC não tenha a capacidade de interceção com meios terrestres, constituindo-se como um apoio à decisão do CO em situações que o exijam.

Por fim, respondendo à pergunta de partida, **“Qual o contributo do SIVICC no garante da vigilância costeira perante as ameaças por via marítima?”**, verifica-se que este sistema pode vir a contribuir em larga escala para o cumprimento desta missão.

Com a adjudicação deste sistema, verifica-se que não é apenas na deteção de ameaças que o SIVICC pode auxiliar. Denota-se a economia de meios, que permite poupar meios humanos afetos à vigilância costeira e ainda poupar meios materiais, ao nível do desgaste de viaturas e consumo de combustíveis.

É ainda perceptível que o SIVICC pode proporcionar a troca automática de informação com o *SIVE*, o que permite que haja uma deteção ainda mais atempada de uma ameaça internacional com destino a UE.

5.4. Reflexões finais

Com este trabalho verificou-se que a UE dá relevância ao controlo das suas fronteiras externas, sendo que para a consecução e controlo desta atividade, criou algumas agências vocacionadas para esta missão, como são exemplo a *FRONTEX* e a *EUROSUR*.

De facto, chega-se à conclusão que a vigilância costeira é essencial para garantir a segurança interna não só de um Estado, mas sim de toda a UE, pois os seus Estados-Membros são alvo das mais variadas ameaças internacionais, como por exemplo, do narcotráfico, do terrorismo, entre outros.

Para a consecução do objetivo segurança interna tem de haver o apoio mútuo entre os Estados que partilham a fronteira marítima da UE, caso que acontece entre Portugal e Espanha, pois as forças encarregues da missão de vigilância costeira, nomeadamente a GNR e a *Guardia Civil* desenvolvem uma boa relação de apoio e troca de informações perante ameaças que ponham em causa um ou outro Estado.

Neste sentido, deu-se a adjudicação do SIVICC para incrementar as capacidades portuguesas na vigilância costeira. Porém é visível que a sua total implementação tarda em acontecer, havendo um grande atraso relativamente ao inicialmente previsto. Desta forma, constitui-se como necessário desbloquear verbas e colmatar as razões que estão a levar a este atraso, pois este sistema permitirá aumentar as capacidades de resposta da UCC, bem como permitir a poupança de meios e motivação dos militares afetos a esta.

5.5. Recomendações

Com a consecução deste trabalho foi perceptível que é necessário a realização deste tipo de investigações, pois este é um tema do qual ainda existe muito pouco conhecimento no seio da GNR.

Recomenda-se que sejam reunidas as várias informações dispersas relativamente à vigilância costeira e que sejam traduzidas em manuais, para que os militares afetos à UCC,

mais concretamente, aos militares afetos à vigilância costeira, possam ter acesso aos conceitos operacionais utilizados na sua atividade.

Verificou-se ainda que o manual de operações da GNR nada refere sobre vigilância costeira, recomendando-se desta forma que sejam abordadas este tipo de operações.

Por fim, recomenda-se que sejam transmitidas mais informações sobre o sistema SIVICC e a sua operacionalização no terreno aos Comandantes de DCC, pois com a realização da investigação de campo concluiu-se que ainda existem muitas dúvidas sobre este sistema, bem como será o seu conceito de emprego operacional.

5.6. Limitações da investigação

Uma das principais dificuldades sentidas foi o período estipulado para a elaboração do RCFTIA, pois junho e julho, bem como o facto do pós-texto do trabalho ser apenas de um terço do texto.

Para terminar, é ainda importante referir que deveria haver uma preparação prévia ao longo do curso na AM para a consecução de um trabalho deste tipo, pois a formação sobre metodologia de investigação de campo é essencial para a elaboração deste tipo de trabalhos.

5.7. Investigações futuras

Tendo presente o tema deste trabalho, em futuras investigações propõe-se que seja feita uma investigação deste tema aquando da total implementação e funcionamento, por forma a comparar os dados obtidos nesta investigação com os dessa investigação e verificar se as perspetivas apresentadas neste RCFTIA se confirmam no futuro.

Referências bibliográficas

Livros

- Alves, A. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Alves, A. (2011). *Contributos para uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Revista da Guarda.
- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades* (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. I). Pedrouços: IAEM.
- Guarda Nacional Republicana. (1997). *Manual de Operações* (Vol. II). Lisboa: CEGRAF/GNR.
- Ketele, J., & Roegiers, X. (1993). *Metodologia da Recolha de Dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação Em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Científica* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Legislação e outros documentos

- Academia Militar. (2011). NEP n.º 520/DE de 30 de junho. *Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) e outros trabalhos de investigação*.
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 213, 8043-8051.

- Conselho Europeu. (2004). Regulamento (CE) n.º 2007/2004 de 26 de outubro. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 349, 1.
- Guarda Nacional Republicana – Comando Geral. (2008). Despacho n.º 74/08 – OG de 22 de dezembro. *Define as competências, a estrutura e efetivo da Unidade de Controlo costeiro*.
- Guarda Nacional Republicana – Comando Geral. (2009). Despacho n.º 56/09 – OG de 30 de dezembro. Revoga o Despacho n.º 74/08 – OG. *Define as competências, a estrutura e efetivo da Unidade de Controlo Costeiro*.
- Guarda Nacional Republicana – Direção de Operações. (2010). NEP/GNR – n.º 3.53. *O Sistema Operacional da GNR*.
- Ministério da Administração Interna. (2011). *Entrada em funcionamento da 1ª Fase do SIVICC - Dossier de apoio à imprensa*.
- Parlamento Europeu. (2007). Regulamento (CE) n.º 863/2007 de 11 de julho. *Jornal Oficial da União Europeia*, L 199, 30.

Documentos on-line

- Comissão das Comunidades Europeias. (2007). *Uma Política Marítima Integrada para a União Europeia*. Retirado: junho, 4, 2012, de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0575:FIN:PT:PDF>
- Comissão das Comunidades Europeias. (2008). *Análise da Criação de um Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR)*. Retirado: junho, 5, 2012, de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0068:fin:pt:pdf>
- Comissão das Comunidades Europeias. (2009). *Integração da Vigilância Marítima: Um Ambiente Comum de Partilha de Informação no Domínio Marítimo da União Europeia*. Retirado: junho, 5, 2012, de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0538:fin:pt:pdf>
- Comissão Europeia. (2011). *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR)*. Retirado: junho, 7, 2012, de http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com%282011%290873_/com_com%282011%290873_pt.pdf

- Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna. (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna Ano 2011*. Retirado: maio, 29, 2012, de http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf
- Guardia Civil. (2005). *Sistema Integrado de Vigilancia Exterior (SIVE)*. Retirado: junho, 12, 2012, de <http://www.guardiacivil.es/es/prensa/especiales/sive/index.html>
- Guardia Civil. (2012). *El Director General se reúne con los responsables de las Unidades de la Guardia Civil en Galicia*. Retirado: junho, 12, 2012, de http://www.guardiacivil.es/es/institucional/actividadesInstitucionales/reuniones/09_05_2012.html
- Tribunal de Contas. (2012). *Auditoria de Acompanhamento Permanente da LPIEFS: Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC) Ano 2010*. Retirado: maio, 29, 2012, de http://www.tcontas.pt/pt/actos/rel_auditoria/2012/2s/audit-dgtc-rel003-2012.pdf
- União Europeia. (2008). *Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança*. Retirado: junho, 4, 2012, de http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf

Apêndices e Anexos

Apêndice A

Entrevistas

Apêndice A.1. Carta de Apresentação

No âmbito do trabalho de Investigação Aplicada que tenho vindo a desenvolver, tendo em vista à obtenção do grau mestre em Ciências Militares e, que se subordina ao tema “O Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo e a Vigilância de Zona Costeira”.

O objetivo desta entrevista será obter informações sobre as capacidades do SIVICC, inclusivamente do CCCO da UCC em Lisboa. Também se pretende averiguar a necessidade da vigilância costeira nas fronteiras externas da UE, bem como o contributo para a vigilância da costa portuguesa, que o *SIVE* espanhol pode dar à UCC.

Deste modo, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que me conceda a oportunidade de o entrevistar a fim de ser possível atingir os objetivos pretendidos para a consecução deste trabalho, pois a realização desta entrevista revela-se de grande importância, visto que servirá como base para fazer o elo de ligação entre a parte teórica e a parte prática do trabalho, sendo esta fundamental para o estudo em questão.

Informo ainda V. Ex.^a que terei todo o gosto em fornecer-lhe, se assim o desejar, a análise da presente entrevista, bem como os dados obtidos, para sua apreciação, antes da consecução final do trabalho.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

Carlos José Pinto Pereira da Cruz
Aspirante de Infantaria

Apêndice A.2. Guião de Entrevista

Posto:

Função:

Género:

Local:

Data:

Questões:

1. Considera a vigilância costeira uma das atividades fundamentais no controlo da fronteira externa da União Europeia perante as ameaças atuais? Em que medida?

2. Espanha, país que partilha a fronteira externa da União Europeia com Portugal, possui um sistema de vigilância costeira, o *SIVE*. Existe partilha de informação entre a *Guardia Civil* e a GNR em relação às ameaças detetadas pelo *SIVE*? Se sim, que repercussões detém na vigilância da costa portuguesa?

3. Considerando as fases de implementação do SIVICC, refira-se ao emprego operacional atual do sistema e às alterações na atividade operacional.

4. Como prevê a situação após o funcionamento total do sistema, designadamente no que se refere à atividade operacional e na coordenação dos meios de vigilância costeira?

5. A Unidade de Controlo Costeiro tem um CCCO em Lisboa, que quando funcionar em pleno, permitirá fazer a gestão e coordenação do SIVICC a nível nacional. De que modo poderá a existência deste CCCO promover a rentabilização dos meios (marítimos e terrestres) à disposição de toda a Unidade?

6. Em que medida, a canalização de toda a informação proveniente do SIVICC para o CCCO em Lisboa será, ou não, vantajosa?

7. Como caracteriza a dinâmica de troca de informação que o CCCO da UCC poderá vir a estabelecer com o Comando Operacional? Será uma mais-valia?

Apêndice A.3. Transcrição das entrevistas

Apêndice A.3.1. Entrevista n.º 1

Posto: Tenente-Coronel

Função: Chefe da SOIRP da UCC

Género: Masculino

Local: Alcântara/Lisboa

Data: 13/7/2012

Respostas

1. Cada país deve adotar um sistema eficiente que lhe garanta a prossecução dos objetivos da segurança interna, do conjunto dos seus cidadãos. Nessa perspetiva, a segurança e o controlo das suas fronteiras, são fundamentais para o alcançar desse objetivo global. Para um país como Portugal, que tem uma extensa linha de costa, é inequívoco que tem de exercer a vigilância costeira de forma eficiente, com a responsabilidade acrescida, resultante do facto dessa linha de costa coincidir com a fronteira externa da União Europeia e espaço Schengen, como tal, sujeita a uma supervisão supranacional, que não hesitará em apontar fragilidades, caso as detete.

2. A partilha de informação entre a *Guardia Civil* e a GNR existe embora seja discutível se os fluxos de informação entre estas congéneres são o suficiente. Perante uma situação de uma ameaça identificada pelo *SIVE*, caso a mesma se encaminhem para o mar territorial de Portugal, esta é transmitida com certeza à GNR.

Atualmente, considerando que não existe partilha automática de informação, através dos sistemas *SIVE* e *SIVICC*, a troca de informação neste âmbito faz-se ao nível dos comandantes locais, passando a monitorização da ameaça a ser efetuada através do *SIVICC* ou de outro sistema de vigilância, como as *OPAL*, *RECON*, binocular, nos locais onde o *SIVICC* não está implementado. Nestas situações, sempre que a ameaça que ultrapasse um mar territorial, deve ser garantida a continuidade da monitorização, ainda que os meios e sistemas empregues pelas congéneres sejam distintos.

3. O facto do sistema *SIVICC* não estar implementado na totalidade das fases previstas, sendo que até ao momento estão 5 Postos concluídos e apenas 3 entregues e a

operar, faz com que não se tenha sentido ao nível da UCC, significativa alteração do modelo de emprego operacional, face ao antecedente.

4. A alteração do modelo será efetivamente sentida após a entrada em funcionamento o CCCN, com a georreferenciação do posicionamento dos meios da Unidade, quer terrestres, quer marítimos, possibilitando a gestão operacional centralizada, a partir do Comando da Unidade, que se traduzirá numa esperada economia de meios e num aumento da eficácia da vigilância de toda a linha de costa.

5. Com o funcionamento em pleno do sistema SIVICC, a UCC controlará a partir do CCCN a vigilância efetiva da quase totalidade da linha de costa nacional (continental). Ainda assim, existirão sempre áreas de sombra, PO que estarão temporariamente em manutenção e outras situações que originarão áreas não cobertas pelo sistema. O facto de o sistema integrar diversos PO móveis, permite que a partir do CCCN se identifiquem as áreas que devem ser alvo do empenho desses PO, ou outros meios de vigilância, como as *OPAL/RECON*, ou seja, meios terrestres. Por outro lado, a componente marítima da Unidade será também parte integrante desta gestão operacional a partir do CCCN, uma vez que será conduzida a eventuais alvos ou a posicionamentos estratégicos, sob orientação do CCCN, perante as ameaças detetadas e identificadas a partir do sistema.

6. A vantagem da gestão do sistema a partir de um órgão central nacional, ressalta desde logo da ampla visão que se obtém da área operacional e da totalidade dos meios que a Unidade tem ao dispor para reagir às situações detetadas. Outra vantagem que se identifica, é que nesta matéria a centralização da informação é fundamental para apoio à decisão, ou seja, menos pessoas, sendo que apenas as que operam no CCCN têm acesso a mais informação. Outra vantagem considerada, que tem de ser admitida, é a de que previne a inviolabilidade do sistema, pois dificulta o controlo pelo ADV, considerando que o n.º de militares e a supervisão que é executada em permanência, torna o sistema pouco ou nada “corruptível”. Como desvantagens podem-se apontar a distância ao terreno, mas que pode ser minimizado com o sistema de comunicações da rede SIRESP e o eventual elevado volume de informação que é gerado no dispositivo, relativamente ao qual poderá haver dificuldade na sua gestão.

7. O Comando Operacional atualmente recebe um elevado volume de informação, em especial do dispositivo territorial. Com a entrada em funcionamento do CCCN, deverá ser incrementada a troca de informação com o CO, considerando que as ameaças que são identificadas na costa, têm por norma uma ligação com meios em terra, que por vezes estão além da capacidade de resposta imediata da componente terrestre da UCC, sendo fundamental que a componente territorial intervenha ao seu nível, sob a coordenação do CO, com base na informação prestada pelo CCCN.

Apêndice A.3.2. Entrevista n.º 2

Posto: Major

Função: Comandante Destacamento Controlo Costeiro

Género: Masculino

Local: Figueira da Foz

Data: 12/7/2012

Respostas

1. Não é só vigilância costeira, é vigilância de zona marítima. Existem vários acontecimentos na história de ameaças vindas por mar que resultaram em ataques e os estudos indicam cada vez mais que o espaço marítimo é um espaço que pela sua dimensão, pela própria filosofia dos meios que lá navegam num espaço muito aberto pouco dado a controlo. Portanto é necessário que os estados definam políticas, sistemas e meios que lhe permitam vigiar, monitorizar e controlar o espaço marítimo. Portanto a fronteira, a costa como a pergunta é aqui dirigida vem no fundo ser um reflexo disto tudo.

A UE tem vindo desde 2005 a desenvolver um conjunto direcionado de políticas, tendo sido elaborado o conhecido como livro verde direcionado para a política marítima, tendo estado cerca de um ano em discussão pública e veio a traduzir-se depois naquilo a que se chamou o livro azul e a partir daí começa-se a falar da política marítima integrada. Isto tem vindo a ter algumas evoluções e nos últimos tempos a política marítima integrada já em 2009/2010 foi acompanhado por um documento que aponta um caminho, um *roadmap*, e vem definir algumas coisas mais concretas. Começa a definir uma coisa que é o ambiente comum de partilha de informação aplicado ao meio marítimo, porque por exemplo no meio aéreo isto já existe, existe um organismo controlador a nível europeu mas para o meio marítimo isto não existe.

Este *roadmap* aponta um caminho para a construção de uma imagem comum da situação marítima, ou seja, a UE o que diz é que nós queremos uma ferramenta que nos permita visualizar onde é andam os navios que circulam nas águas sob soberania da UE. Portanto, a vigilância da fronteira marítima contribui para isto, ou seja, não só no aspeto que consideramos mais para a nossa missão, que é o tráfico de droga, a pesca, mas também busca e salvamento, o terrorismo, o tráfico de armas, de pessoas, a poluição, a salvaguarda dos recursos. Nós temos uma ZEE grande, é a 17ª maior da Europa, que se prevê que venha a ser alargada mil 1700 milhões de km quadrados, com o aumento da plataforma continental que vai ser submetida a aprovação em 2014. Todos estes problemas vêm no fundo fornecer um quadro de exigência para a UE de monitorizar e vigiar aquilo que se passa nas nossas águas. Portanto, a vigilância costeira é sem dúvida um problema muito grande que constitui uma obrigação dos Estados e Portugal não está fora desta obrigação.

A UE prepara-se para em finais do próximo ano lançar um *paper* sobre partilha de dados de informação marítima, estando à discussão durante algum tempo e posteriormente vai resultar numa diretiva onde a UE vai ditar a forma como será feita a partilha de dados, onde o caminhar do tempo vai ser partilha obrigatória de informação.

2. Eu não te posso responder com muito conhecimento à cerca desta área, infelizmente, penso que foi a partir de 2007 que se começou a falar no SIVICC, as pessoas que estavam à frente da BF sempre levaram ao extremo o princípio da necessidade de conhecer e portanto eu não tinha necessidade de conhecer e portanto tive sempre muita dificuldade em aceder àquilo que é informação do SIVICC, ainda hoje continuo a ter muito pouca informação do SIVICC, sei aquilo que é a apresentação genérica do sistema, e sei pouco mais à cerca disso. No entanto, à interligação com o *SIVE* aquilo que te posso dizer é que o primeiro PO do SIVICC será o último do *SIVE* e vice-versa, ou seja, nós iremos receber, ainda não no imediato porque esta interligação tem custos, informação por parte do *SIVE* toda a informação recolhida pelo último posto nos seja transmitido e vice-versa, ou seja, o primeiro posto do SIVICC será o último posto do *SIVE*. Nós teremos o posto a sul, em VRS António, não sei exatamente onde será, penso eu que será na Cacela, esse posto irá transmitir toda a informação que adquiri para o primeiro posto espanhol, da mesma forma que eles nos passam a nós.

Nós temos de distinguir aqui o que é partilha de informação. Eu dizer que estou a partilhar informação de um radar, que no fundo é isto, é informação que estou a partilhar. Agora eu quando falo em informação penso em dados que foram relacionados,

correlacionados com outro tipo de informação, dados que foram interligados com aquilo que é o nosso conhecimento da situação, ao qual foram atribuídas prioridades, valores penso que essa informação não seja transmitida para lá. Portanto, estaremos apenas a falar daquela informação que é adquirida de forma automática pelo sinal radar. Em relação à informação captada pela segunda parte do sistema, que é a identificação captada pelos sistemas optoelectrónicos (câmaras de visão noturna e diurna) não sei se essa informação será comunicada. A grande mais-valia do SIVICC e do *SIVE* é que permite fazer a deteção ao longe e depois a identificação mais próximo captado pelas câmaras. Nós teremos essa capacidade, agora se essa capacidade será transmitida para os espanhóis e vice-versa não sei.

3. Eu não tenho SIVICC a funcionar na minha área portanto não tenho alteração nenhuma. Ainda não temos um conceito operacional de emprego do sistema nem doutrina.

Eu espero que o sistema entre em funcionamento rapidamente, nós temos já na área do DCC da FF um PO que está montado, embora ainda não esteja a funcionar, na Foz do Arelho, temos dois PO onde um já está na fase de edificação, o PO de São Jacinto, outro que vai entrar dentro de dias. A entrada em funcionamento do sistema vai-nos permitir poupar um conjunto alargado de meios humanos e materiais, porque sabendo que tenho um PO em determinado sítio, na sua área de cobertura eu não preciso de ter lá patrulhas, como por exemplo, no SDCC da Nazaré que tem um défice superior a 50% de meios humanos tem uma dificuldade de assegurar a cobertura daquela área.

4. O SIVICC poderá constituir-se como essencial na vigilância do espaço marítimo, que nos permite adquirir um conjunto alargado de informação e que poderá e deverá ser enquadrado dentro de um sistema mais global que permita o hoje designado por conhecimento situacional, sendo este um contributo muito importante para a vigilância costeira, no sentido da vigilância da fronteira marítima, mas não interessa só vigiar a fronteira marítima, interessa sim o espaço marítimo, controlar e saber o que lá se passa, porque o que lá se passa vem depois refletir-se em terra. Por isso a vigilância marítima é uma atividade fundamental.

A entrada em funcionamento do sistema vai-nos permitir poupar um conjunto alargado de meios humanos e materiais, porque sabendo que tenho um PO em determinado sítio, na sua área de cobertura eu não preciso de ter lá patrulhas. Se na atividade de comando tenho uma interrogação muito grande em relação ao que se vai passar no futuro,

pelo lado da atividade, da rotina diária vigilância eu sei que vou poder poupar muitos meios humanos e materiais, porque grande parte das estradas de acesso à área costeira são estradas de matas, caminhos de areias e terra batida que tem um desgaste sobre as viaturas muito grande, com dificuldades de acesso muito grandes, como por exemplo, no Subdestacamento de Controlo Costeiro (SDCC) da Nazaré que tem um défice superior a 50% de meios humanos tem uma dificuldade de assegurar a cobertura daquela área. Vejo com grande expectativa a entrada em funcionamento do sistema, pois permite-me poupar meios, podendo fazer outro tipo de operações mais focalizadas e não tão permanente esta atividade de rotina saturante e desgastante, que a juntar aos anos deste serviço leva a um esforço superior ao do resto do pessoal até porque os estudos indicam-nos que os principais momentos escolhidos pelo adversário são períodos noturnos e isto oferece ao meio humano um problema muito grande que é passar noites a vigiar as praias, sendo muito saturante e duro porque os invernos são muito longos e causam-nos um problema muito grande porque começamos a ter uma massa etária muito elevada em comparação com o resto da GNR, por falta de entrada de pessoal novo. Quando tivermos este problema da vigilância resolvido, podemos encaminhar os nossos quadros para outras atividades mais interessantes como fiscalização rodoviária devido à circulação de mercadorias, embora limitando-nos mais à área da costa, atividades da pesca, que são mais motivadoras para o pessoal.

Não sei se o CCCO só assumirá o comando perante uma situação de ameaça, se o fará de uma forma rotineira, não sei como irá funcionar. Em relação ao sistema ainda só ouvi falar de vigilância, de comando e controlo ainda não ouvi falar, tem capacidades de comando e controlo mas quais são eu não sei. Ainda não temos um conceito operacional de emprego do sistema nem doutrina.

5. Sei que haverá um CCCO em Lisboa a partir do qual a gestão dos meios é feita, como é que isso depois se traduz no terreno não sei. Ainda não temos um conceito operacional de emprego do sistema nem doutrina. Eu entendo que deve haver aqui quase uma duplicação do canal de comando porque em sistemas de vigilância o grande problema é sempre o meio humano, como a saturação e nestes sistemas que são muito repetitivos que é estar a olhar para um monitor diariamente, e se nós não tivermos um método que obrigue as pessoas a manter um grau de alerta elevado, os sistemas caem, que foi o que aconteceu com o *LAOS*, pois este não caiu por motivos tecnológicos, foi por motivos humanos. Os postos funcionavam quase que em rédea livre, tornando os graus de desempenho baixos

porque os radares eram permanentemente operados por elementos humanos e o tempo encarregou-se de mostrar que este tipo de sistemas não funciona.

Então passou-se para um novo paradigma que é adquirir toda a informação de forma automática e canalizar toda a informação para uma sala onde é possível então manter os padrões, permitindo que as pessoas sejam os atores do sistema mas de uma forma positiva. O sistema neste momento está direcionado para toda a informação ser canalizada para Lisboa. Portanto, esta a primeira parte que é a vigilância, monitorização e identificação. Depois a ação é outra coisa e neste aspeto é que as coisas não estão definidas. O que eu espero é que haja a possibilidade de quem está no terreno, nós Cmdt de DCC e SDCC, possamos ter acesso à informação que o sistema gera para que nós possamos ter uma maior perceção daquilo que se está a passar, portanto para termos capacidade de comando e coordenação dos meios na nossa área de responsabilidade. Obviamente que haverá situações em que exija um nível de solução de comando por parte do CCCO de Lisboa. Agora qual o balanceamento que será feito entre os dois comandos não sei porque, que eu saiba, ainda nem discutido foi o conceito de operação do sistema, que me levanta um conjunto de interrogações muito grandes.

6. É vantajosa, não haja dúvidas nenhuma. O antigo *LAOS* funcionava isoladamente e a informação era canalizada através do meio humano para Lisboa e havia aqui muitas perdas e este modo de funcionamento provou que não funcionava. Portugal é suficientemente pequeno para ter a capacidade num só local de visualização de todo tráfego que anda nas nossas águas. Em termos comerciais passam 352 navios por dia nas nossas águas, segundo a estatística, mas são mais porque a navegação de recreio e pesca que não entram nestas contas. Convirá que a capacidade de armazenamento desta informação num só local poderá contribuir para o conhecimento situacional do mar. No entanto, do que tenho conhecimento o SIVICC também irá funcionar isolado de todos os restantes sistemas, como por exemplo, o *VTS* que faz controlo de embarcações comerciais (grandes) onde está um conhecimento muito alargado, com capacidade de deteção com maior distância do que o SIVICC, constituindo-se como uma mais-valia.

7. Não te sei responder. Penso eu que nem sequer está prevista nenhuma troca de informação dinâmica entre o CCCO e o CO. É uma coisa que a mim me faz alguma confusão, lá está, nós não tratamos esta informação, não concetualizamos esta troca de informação.

Por exemplo, o projeto *Bluemassmed* é um projeto que visa interligar, visa visionar o tal conhecimento situacional, que neste momento é muito imberbe e temos que caminhar no sentido de eu quero fazer correlação da informação o AIS dá-me informação do navio e imaginemos que o navio transmite que carregou bananas na Colômbia e que tem como destino o porto de Aveiro e que vai descarregar quatro contentores de bananas neste porto. Azar, porque o porto de Aveiro não recebe contentores, agora se o sistema não me gera esta informação automaticamente eu não tenho capacidade de ir verificar todos os navios que trazem contentores, de onde vêm e para onde vão. Agora isto não pode ser feito por meios humanos, tem que ser feito por meios informáticos, tem de ser feito de forma automática pelos sistemas e nós não estamos a pensar nestes sistemas assim.

Ainda não vi o SIVICC a estar ligado com uma base dados de pessoas desaparecidas, ainda não vi o SIVICC a estar ligado com uma base de dados dos navios de pesca, ainda não vi o SIVICC a estar ligado a nada, o SIVICC está concebido para funcionar de uma forma isolada, ou seja, nem sequer vai haver troca de informação automática entre o SIVICC e o CO. Eu fico pasmado com isto desde 2007, porque desde as primeiras apresentações disseram-me que não tinha a necessidade de conhecer. O motivo que me dão para que isto assim seja é que o SIVICC é um sistema que não prevê *firewall*, portanto está concebido para funcionar de forma isolado no que toca a segurança de comunicações, os sistemas de vigilância, comando e controlo das Forças Armadas americanas funcionam em plataforma web pública. A grande justificação que me dão é que o SIVICC não pode ser colocado em plataforma web porque depois os piratas, os *hackers*, e eu não aceito essa explicação.

Parece-me que só se está a falar de vigilância, não se está a falar de comando e controlo e o SIVICC tem de ser uma ferramenta de comando e controlo e para ser uma ferramenta de comando e controlo tem de me permitir interligação com as outras bases de dados.

Apêndice A.3.3. Entrevista n.º 3

Posto: Capitão

Função: Comandante de Destacamento de Controlo Costeiro

Género: Masculino

Local: Olhão

Data: 9/7/2012

Respostas

1. Sim considero, pois a nossa costa é uma enorme “porta de entrada” para uma vasta área de ilicitudes, nomeadamente tráfico de estupefacientes, imigração ilegal, infrações tributárias, infrações na pesca, etc.

2. Existe, exemplo disso é a apreensão de 1 tonelada de haxixe que ocorreu no Rio Guadiana, através da deteção de uma embarcação pelo *SIVE*, carregada de haxixe, e intercetada por uma das embarcações da GNR, para além disso existirá cruzamento de informação em termos de imagem local, em tempo real, do PO da Praia Verde do SIVICC com o PO pertencente a Huelva do *SIVE*, à semelhança do norte de Portugal.

3. Atualmente devido ao atraso na implementação do SIVICC, existe uma grande necessidade de empenhar um maior número de militares na vigilância da Costa.

4. Relativamente à atividade operacional será uma mais-valia, que nos permitirá detetar um vasto “leque” de situações, nomeadamente na prática às infrações que já referi anteriormente, bem como investigações e controlo de embarcações que estejam referenciadas, sendo que o sistema até no *SAR* será uma mais-valia, apesar desta não ser uma competência nossa, mas que no entanto podemos prestar auxílio, pois o sistema cobrirá a maior parte do território nacional, através do sistema fixo ou móvel.

5. O CCCO terá toda a informação do terreno em tempo real, o que permitirá, a quem tomar a decisão, adequar os meios necessários à ocorrência.

6. O tempo o dirá.

7. Uma mais valia será certamente, relativamente ao fluxo de informação que existe entre o CO e o CCCO da UCC, atualmente não disponho de dados para que o possa caracterizar.

Apêndice A.3.4. Entrevista n.º 4**Posto:** Capitão**Função:** Comandante de Destacamento de Controlo Costeiro**Género:** Masculino**Local:** Sines**Data:** 16/7/2012**Respostas**

1. Sim. Tendo em conta que a costa Portuguesa é uma das fronteiras externas da EU, e a pluralidade das ameaças atuais como narcotráfico, imigração ilegal, contrabando, violações ao nível ambiental, entre outras, será de considerar que para que se possa ter controlo sobre o que entra e sai por essa fronteira, e das atividades que são conduzidas ao longo da mesma, será necessário exercer vigilância.

2. A partilha de informação já vem pelo menos desde os tempos da Brigada Fiscal. Enquanto estive colocado no Destacamento Marítimo de Olhão da Brigada Fiscal, por diversas vezes foram recebidas informações de embarcações, suspeitas de estarem relacionadas com tráfico internacional de estupefacientes, que se dirigiam para a costa portuguesa e que tinham sido detetadas pelo sistema de vigilância da *Guardia Civil*.

3. Um Posto de Observação desta natureza, como por exemplo, o que se encontra em funcionamento na zona do Cabo Sardão, permite libertar alguns dos efetivos dedicados à vigilância das áreas que agora se encontram cobertas. A sua atividade poderá ser canalizada para as eventuais zonas de “sombra” e/ou para a interceção em caso de incidente. Desta forma, é possível obter uma maior rentabilização dos recursos humanos

4. Com o sistema em pleno funcionamento, penso que o que se irá verificar será o que referi anteriormente mas numa escala maior.

5. As atividades ilícitas que são desenvolvidas ao longo da costa não são, em termos geográficos, estanques. Ou seja, o que começa na ZA de um Destacamento, poderá muito bem vir a ter o seu desenlace num dos outros Destacamentos vizinhos. Tendo isto em consideração, será de reconhecer que havendo um local onde toda a informação é concentrada, haverá uma mais-valia em termos de emprego de meios, pois os mesmos podem ser mais facilmente canalizados para onde são necessários.

6. Havendo um CCCO nacional, penso que o mesmo teria obrigatoriamente que ficar junto do Comandante e do Comando da Unidade, o qual é em Lisboa. Em vez dos Comandantes de DCC, numa determinada situação, ligarem uns para os outros a pedir meios, no Comando fazem a gestão e apoio de meios de uma forma mais célere, até porque irão dispor no CCCO nacional de georreferenciação da rede SIRESP, onde as embarcações são acompanhadas de rádios ligados a esta rede e, assim, as embarcações estarão georreferenciadas, sabendo-se, assim, os meios que poderão dar um apoio mais célere.

7. A partilha ou troca de informação, é algo que penso ser sempre de considerar como uma mais-valia.

Apêndice A.3.5. Entrevista n.º 5

Posto: Capitão

Função: SOIRP da UCC

Género: Masculino

Local: Alcântara/Lisboa

Data: 11/7/2012

Respostas

1. Sim. A vigilância costeira a par de outros tipos de controlo da fronteira externa da UE, como o controlo aeroportuário, portuário e terrestre, consubstancia-se numa tarefa essencial para assegurar a segurança, não da população portuguesa, mas antes da população europeia. Se atendermos a que o mar é um *common space* sobre o qual a responsabilidade jurídica é difusa, que 90% do tráfego de mercadorias é feito por via marítima, que deste transporte só cerca de 1% é que é sujeito a fiscalização (recomendação da *International Maritime Organization (IMO)* verificamos que a exposição do estado (em sentido lato) às diversas ameaças é alarmante.

Se nos referimos ao narcotráfico verificamos que segundo o último *World Drug Report* evidencia um aumento na produção de estupefacientes, podemos questionar-nos qual o seu destino, no entanto sabe-se que tendencialmente rumo aos Estados Unidos da América e à Europa. Quanto à Europa um dos corredores principais passa na costa portuguesa, seja com destino a Portugal, enquanto porta de entrada, seja com destino aos portos do Norte da Europa.

O narcotráfico assume ainda uma nova dimensão, pois é tido como fonte de financiamento do terrorismo, o qual ultimamente tem adquirido um carácter de combate à cultura ocidental, estando os EUA e a Europa como principais visados da sua ação.

A instabilidade no *Middle East and North Africa (MENA)* tem-se revelado um carácter fomentador de insegurança, seja no que se refere aos diversos tipos de tráfico, seja relativamente no que concerne ao terrorismo.

Perante estas e outras ameaças como imigração irregular, danos contra o meio ambiente, etc., exige-se aos Estados-Membros da UE que se exerça uma real ação de controlo das suas fronteiras, com especial preponderância para a marítima.

2. Atualmente a partilha de informação quanto a ameaças existe. No entanto, esta não se baseia somente nas ferramentas de vigilância costeira *SIVE* ou *SIVICC*. A partilha faz-se ao nível local através de contactos diretos entre os comandantes das unidades transfronteiriças, bem como, a um nível superior através de fora multilaterais, como é o caso do *MAOC*, no que concerne ao narcotráfico. Espera-se que o *SIVICC* seja uma fonte de informação importante, mas não única.

3. Atualmente o sistema ainda não está operacional. Quanto ao mesmo não posso responder mais, pois o processo decorre ao nível ministerial, uma Comissão de acompanhamento. No que concerne à restante atividade operacional, a mesma terá que ser equacionada e reajustada quando o sistema entrar em ação.

4. Após a entrada em funcionamento do *SIVICC* penso a vigilância costeira passará a ser uma atividade mais integrada, visto que a cobertura da costa será praticamente total, o que irá promover uma economia de recursos humanos no que concerne ao efetivo atualmente empenhado na vigilância terrestre, o qual poderá ser empenhado noutras missões, nomeadamente na intervenção. Passará a haver uma redução nos tempos de reação a ameaças, pois o efetivo não estará tão disperso, tal como acontece presentemente em virtude das tarefas de vigilância. Mais, haverá maior coordenação de atuação tanto a nível local como a nível regional e nacional, pois a informação estará em permanência centralizada e disponibilizada permitindo uma atuação concertada sem sobreposição desnecessária, nem desfasamentos inopinados.

5. Ao haver uma recolha e tratamento de informação centralizada uma boa parte dos meios terrestres passará a estar afeta à intervenção imediata, pois não será necessária tanta quantidade de meios afetos à vigilância terrestre, no entanto poderão estar afetos a outras missões que a futura unidade, atendendo à anunciada reestruturação, venha a conhecer. No que concerne aos meios navais, o facto de se reduzir o empenhamento de vigilância com os vetores marítimos a unidade economizará em horas de navegação, consumos de combustível, manutenção, promoverá uma maior índice de disponibilidade física das guarnições para intervenções imediatas, bem como uma atuação com maior capacidade de manobra e efeito de massa e de forma mais coordenada com outras Subunidades e Unidades.

6. A centralização da informação é benéfica na medida em que não há degradação nem extemporaneidade da mesma, visto que há uma redução de intervenientes no canal informativo, evitando-se omissões ou acrescentos desnecessários de dados.

7. Em termos de troca de informação com o CCCO/CG esta passará a ser mais rápida e mais rica, assumindo-se como uma mais-valia.

Anexo A

Unidade de Controlo Costeiro

Anexo A.1. Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro

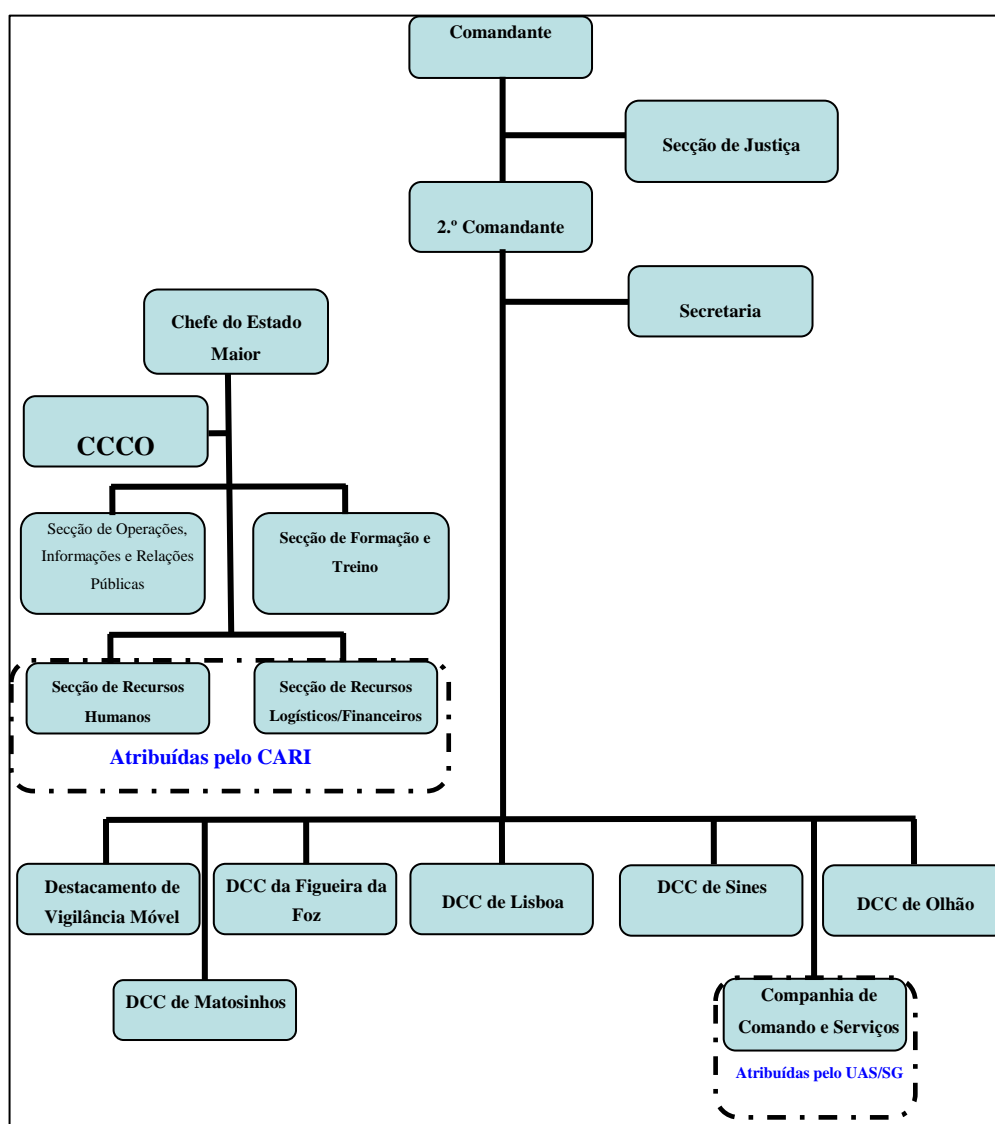


Figura n.º 1 - Estrutura da Unidade de Controlo Costeiro

Fonte: Anexo A do Despacho n.º 56/09 – OG do Comando Geral da GNR (2009)